



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
MBA EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS



MARCEL AUGUSTO ZAMARCHI

**COOPERAÇÃO MILITAR ENTRE BRASIL E ARGENTINA NO SÉCULO XXI:
CONSEQUÊNCIAS DOCTRINÁRIAS E OPORTUNIDADES PARA O CORPO DE
FUZILEIROS NAVAIS BRASILEIRO**

Niterói
2022

MARCEL AUGUSTO ZAMARCHI

**COOPERAÇÃO MILITAR ENTRE BRASIL E ARGENTINA NO SÉCULO XXI:
CONSEQUÊNCIAS DOUTRINÁRIAS E OPORTUNIDADES PARA O CORPO DE
FUZILEIROS NAVAIS BRASILEIRO**

Trabalho de conclusão de curso de MBA apresentado ao Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense com parceria ao Centro de Instrução Sylvio de Camargo (Marinha do Brasil) como requisito parcial para a obtenção do título de MBA em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Marcio Rocha

Niterói
2022

Folha de Aprovação de Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais(Monografia)

Título do Trabalho: Cooperação militar entre Brasil e Argentina no século XXI: consequências doutrinárias e oportunidades para o Corpo de Fuzileiros Navais Brasileiro

Aluno: Marcel Augusto Zamarchi

Avaliadores

Avaliador 01: Prof. Dr. Marcio Rocha (orientador)

Avaliador 02: Prof.

Notas dos Avaliadores	
Nota 1	
Nota 2	

RESUMO: Este trabalho revisa as relações internacionais entre Brasil e Argentina no que tange à cooperação militar, no período compreendido entre 2000 até os dias atuais. Trata-se de um momento caracterizado pela diminuição da influência americana na América do Sul devido a nova concepção de segurança que se instaurou após o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 e, mais recentemente, a ascensão da China como potência global. Em virtude do exposto, o Brasil passou a exercer um papel de maior importância na estabilidade da região, tanto economicamente quanto militarmente. Neste contexto este trabalho analisa como se deu a cooperação militar nesse período e quais foram as consequências doutrinárias e oportunidades para Corpo de Fuzileiros Navais Brasileiro.

Palavras-chave: Cooperação militar, Brasil e Argentina, Fuzileiros Navais, doutrina militar.

ABSTRACT: This work reviews the international relationship between Brazil and Argentina regarding military cooperation, in the period since the attack that took place between the present day, a moment characterized by the rise of South America after the terrorist creation in South America after the new terrorist creation in America of the South was established after the terrorist creation in South America of September 11, 2001 and more recently China's rise as a global power. As a result of the above, Brazil began to play an important role in the stability of the region, as well as militarily potent. In this context, this work analyzes how military cooperation took place in this period and what were the doctrinal consequences and opportunities for the Brazilian Marine Corps.

Keywords: Military cooperation, Brazil and Argentina, Marines, military doctrine.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Participação brasileira no PIB da América do Sul.	10
Figura 2 - Comércio Exterior Brasil e Argentina em 2021	21
Figura 3 - Países fundadores do PROSUL x UNASUL	24
Figura 4 - Gastos militares Argentina e Brasil (em Bilhões de Dólares)	36
Figura 5 - Meios da Infantaria de Marinha Argentina.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Exercícios militares com outros países (2016/2019).....	33
---	----

LISTA DE SIGLAS

ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ARA	Armada Argentina
BRICs	Brasil, Rússia, Índia e China
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americana
CEED	Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do CDS
CFN	Corpo de Fuzileiros Navais
ESUDE	Escola de Defesa Sul-Americana
FFE	Força de Fuzileiros da Esquadra
GptOpFuzNav	Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Política Nacional de Defesa
PROSUL	Progresso e Desenvolvimento da América do Sul
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
ABSTRACT.	3
LISTA DE FIGURAS.....	4
LISTA DE TABELAS	4
LISTA DE SIGLAS	5
INTRODUÇÃO.....	8
PROBLEMA DE PESQUISA.....	12
Em que medida a cooperação militar entre o Brasil e a Argentina tem influenciado na doutrina de emprego do Corpo de Fuzileiros Brasileiro?	12
OBJETIVO GERAL	12
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
CAPÍTULO 1 - POLÍTICA EXTERNA.....	14
1.1 POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA....	15
1.2 CONTEXTO MACRO REGIONAL	18
1.2.1 MERCOSUL	19
1.2.2 UNASUL	21
1.2.3 PROSUL	23
CAPÍTULO 2 - COOPERAÇÃO MILITAR	25
2.1 CENÁRIO GLOBAL	26
2.2 RELAÇÃO BRASIL E ARGENTINA.....	27
2.3 CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANA	30
2.4 EXERCÍCIOS MILITARES COMBINADOS BRASIL E ARGENTINA.....	32
2.5 A APROXIMAÇÃO MILITAR COM A ARGENTINA	35
2.5.1 ASPECTOS POSITIVOS	35
2.5.2 ASPECTOS NEGATIVOS	36
CAPÍTULO 3 - DOCTRINA E OBJETIVOS MILITARES	39
3.1 HISTÓRICO	39
3.2 DOCTRINA E OBJETIVOS BRASILEIROS	39
3.2.1 ORGANIZAÇÃO DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS DA MARINHA DO BRASIL.....	42
3.3 OBJETIVOS DA DEFESA ARGENTINA.....	43
3.3.1 ORGANIZAÇÃO E MEIOS DA INFANTERÍA DE LA MARINA ARGENTINA	44

3.4 RESULTADOS DA PESQUISA E OBJETIVO GERAL	46
CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS.....	49

INTRODUÇÃO

BREVE HISTÓRICO

A sobrevivência da espécie humana foi a motivação da luta de nossos ancestrais. Com o desenvolvimento humano e o domínio de novas técnicas, as pessoas passaram a ser capazes de sobreviver com um grau maior de certeza quanto a continuidade da espécie. A maior estabilidade não foi motivo de tranquilidade para a espécie humana, os homens descobriram e passaram a perseguir um novo ideal, se antes a luta era pela sobrevivência, agora a aspiração passou a ser pelo poder, ao passo que as armas atuais são capazes de novamente ameaçar a sobrevivência do ser humano. Se antes as leis da natureza ameaçavam a continuidade da espécie humana, hoje parece que quem dita as regras é quem tem o maior poder.

Motivado pelo domínio de outros povos e regiões, o ser humano vem conflitando há muitos anos. O fim de um conflito parece plantar a semente daquele que será o próximo motivador das lutas. Ao analisar que no decorrer do mais devastador de todos os combates, a Segunda Guerra Mundial, as potências proeminentes já projetam como seria o mundo com o fim do conflito, estabelecendo limites, dividindo territórios e povos.

Pouco tempo depois do fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo assistiu a um período que ficou conhecido como Guerra Fria. Foi nesse contexto, assistindo as ameaças entre Estados Unidos e União Soviética, que o mundo dividido passou a criar blocos de cooperação econômica e desenvolvimentista nas mais diversas partes do mundo, um processo que se intensificou na América do Sul após os anos de 1980.

Com o fim da Guerra Fria, em 1991, o mundo passou por um momento de estabilidade mediado pelo da potência hegemônica dos Estados Unidos, país que foi vítima do maior ataque terrorista da história, em 07 de setembro de 2001, com os ataques às torres do World Trade Center em solo americano. O acontecimento mudou a dinâmica de segurança no mundo, e mais recentemente a ascensão da China, aliada ao poderio militar da Rússia parecem confrontar a hegemonia americana no mundo. Essa breve introdução visa apresentar a complexidade do cenário em que os países convivem, bem como os desafios carregados pelos profissionais de relações internacionais no âmbito da diplomacia na mediação de desentendimentos, a fim de evitar conflitos armados.

No contexto da América do Sul, as tratativas de aproximação e cooperação regionais resultaram na criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O MERCOSUL foi o primeiro tratado que visava a aproximação e desenvolvimento econômico, mas também social da região, um movimento que apresentou seus “altos e baixos” quanto a propósito a que se destina. Contudo, uma aproximação que possibilitou em um diálogo maior entre os setores de defesa das nações sul-americanas.

A AMÉRICA DO SUL

A América do Sul é a porção sul do Continente Americano, formada por 12 países mais a Guina Francesa (considerada um território ultramarino da França). Na região vivem aproximadamente 430 milhões de habitantes e com uma economia principalmente voltada para atividades primárias (agropecuária e extrativismo). Trata-se de um local com imensuráveis riquezas naturais e de relevante importância na economia mundial, principalmente no que tange à segurança alimentar do mundo¹ (VELA, 2022).

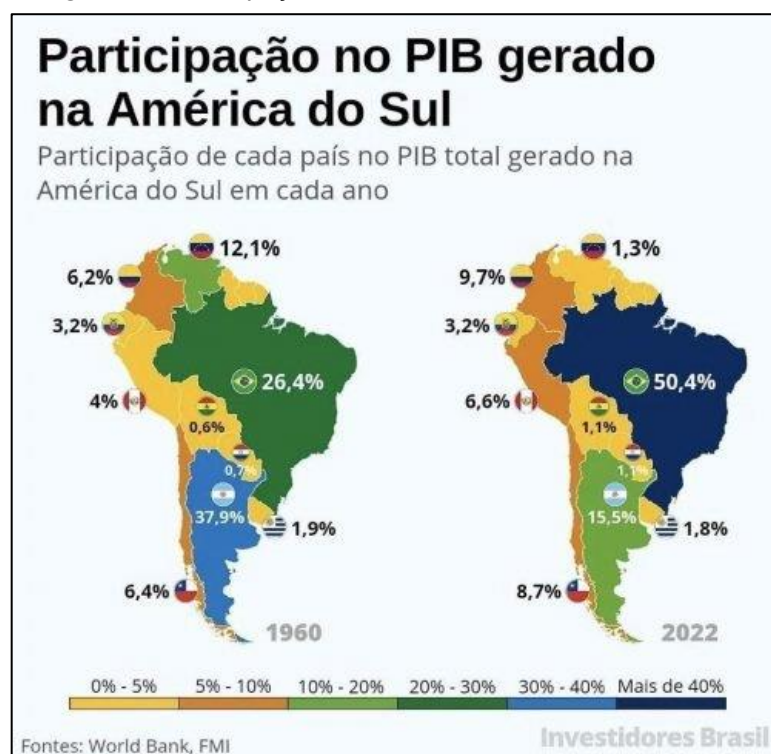
A enorme quantidade de riquezas naturais com a possibilidade de serem exploradas, particularmente elementos escassos em outras partes do planeta como terras férteis, abundância de água doce, petróleo e a capacidade de geração de energia “verde”, faz com que os olhares do mundo inteiro se voltem para a América do Sul.

O Brasil é o principal país do continente sul-americano, uma vez que tem o maior território, a maior população e o maior PIB. Ostenta, ainda, elevada relevância geopolítica por fazer fronteira com 10 países e por possuir um extenso litoral voltado para o Oceano Atlântico. A Argentina, por sua vez, se avulta de relevância pois possui o segundo maior PIB e o segundo maior território, bem como a terceira maior população dentre as nações sul-americanas (PADULA; FIORI, 2016).

Os principais atores regionais em termos de PIB e território são Brasil e Argentina, tais atores juntos representam um elevado percentual da riqueza e do território regional, portanto são elementos de fundamental importância para a estabilidade regional, como pode ser observado na Figura 1.

¹ <https://economia.uol.com.br/noticias/efe/2022/03/30/america-latina-pode-se-tornar-maior-exportador-liquido-de-alimentos-diz-fao.htm> (acesso em 13 jul 2022).

Figura 1 – Participação brasileira no PIB da América do Sul.



Fonte: Banco Mundial

COOPERAÇÃO MILITAR

Em termos militares, a região é reconhecida mundialmente por ser pacífica e livre de armas nucleares. Apesar de seus conflitos e dos frequentes desentendimentos, poucos foram os combates entre os atores regionais.

Embora se trate de uma localização privilegiada em recursos naturais, a América Latina apresenta uma série de problemas de ordem econômica e social, como pobreza, desigualdade, corrupção, tráfico de drogas, dentre outros. Tal fato, associado a possibilidade de ameaças externas, tem gerado desafios cada vez maiores à região, que levam a necessidade de hábeis atores para interpretar e conduzir a Política Externa Regional e Extrarregional, a fim de que se busque soluções pacíficas para os desacordos oriundos de tais ameaças por meio da diplomacia.

Em paralelo a uma boa condução na Política Externa, cresce de importância a capacidade militar para dar sustentação ao discurso diplomático. Nesse sentido, a aproximação militar brasileira com os demais países locais tem o fundamental papel de estreitar laços e criar um ambiente de confiança, também atuando como elemento

de Política Externa. O Brasil deve ter protagonismo nessa tarefa, dadas sua proeminência geopolítica, econômica e militar na região.

A ligação resultante do MERCOSUL associada à menor influência americana na região, principalmente a partir do Século XXI, permitiu que os países da região se aproximassem militarmente, gerando uma cooperação militar que visa principalmente diminuir as desconfianças e permitir a manutenção da estabilidade regional. Tal cooperação no campo de defesa na região também permitiu a discussão sobre a defesa na região de forma coordenada.

A coordenação militar regional é apresentada também como uma oportunidade de discutir a configuração que a região se insere no mundo, as formas de lidar conjuntamente contra as ameaças comuns das nações locais, e ainda oportunidades de desenvolvimento de tecnologias no campo de defesa, dentre outros assuntos.

Pode-se inferir que o Brasil, pelo seu vulto local tem a liderança natural em termos de defesa e vem fomentando a aproximação com exercícios militares conjuntos, intercâmbios em cursos militares, discussões e intermediações de desentendimentos locais, apesar da enorme dificuldade que o tema e que a região apresenta.

As Forças Armadas brasileiras, alinhadas à Política Nacional de Defesa (PND), tem conduzido a cooperação com os demais países. Entretanto, para este trabalho será dada ênfase ao Corpo de Fuzileiros Navais que atua no âmbito da Marinha do Brasil. Um segundo filtro realizado para a análise que aqui se apresenta é quanto ao país: Argentina foi escolhida pois, além de fazer fronteira com o Brasil, possui o segundo maior PIB e território da região, portanto é considerada de fundamental importância para a estabilidade local.

Nesse sentido, este trabalho tem o intuito de revisar como o Brasil vem dialogando com a Argentina em termos de defesa, passando por uma revisão história do século XXI e buscando abranger os demais assuntos que estão intimamente relacionados as questões de defesa, como a cooperação econômica e a Política Externa do Brasil na região com a finalidade entender:

1. Quais são as consequências da cooperação militar com a Argentina para a doutrina do corpo de Fuzileiros Navais brasileiro?
2. Existem oportunidades de melhoria que podem ser aproveitadas em tais interações?

PROBLEMA DE PESQUISA

Em que medida a cooperação militar entre o Brasil e a Argentina tem influenciado na doutrina de emprego do Corpo de Fuzileiros Brasileiro?

OBJETIVO GERAL

O objetivo deste estudo é analisar as consequências doutrinárias da cooperação militar entre o Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil e da Argentina.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Descrever e detalhar as atividades de cooperação militar entre Brasil e Argentina;
- b) Revisar o relacionamento militar entre o Brasil e a Argentina após a no Século XXI; e
- c) Discorrer sobre as consequências doutrinárias e oportunidades da cooperação militar entre Brasil e Argentina voltados para a defesa da América do Sul.

A análise aqui proposta permite entender importância da cooperação militar entre Brasil e Argentina no contexto da América do Sul, mais especificamente em suas capacidades de projetar poder militar a partir do mar, tarefa inerente ao corpo de Fuzileiros Navais (CFN) brasileiro e da Infantaria de Marinha argentina no âmbito de suas Marinhas. Avaliando se a interação está ocorrendo de forma satisfatória as oportunidades que podem ser exploradas.

O trabalho mostra como a capacidade militar do CFN pode ser empregada num âmbito regional juntamente com outras Marinhas, contribuindo para que se desperte o interesse pelo tema (ainda pouco explorado) que poderá ser aprofundado em futuras pesquisas.

Este trabalho será realizado através de pesquisa bibliográfica básica de forma a descrever como ocorreu a aproximação militar entre o Brasil e a Argentina, bem como as atividades realizadas de forma combinada, no período que se inicia nos anos 2000 até os dias atuais. E, através do método exploratório, avaliar os ganhos doutrinários dessa aproximação, bem como discorrer sobre as oportunidades e desafios de tais interações.

A pesquisa será realizada por meio de trabalhos científicos, manuais, livros, relatórios e documentos oficiais, a fim de responder o objetivo desta pesquisa. E buscará ser principalmente pautado em documentos oficiais dos países em questão.

Este trabalho está dividido em 3 capítulos, o primeiro abrange o conceito de política externa, a forma como Brasil e Argentina conduziram suas políticas externas e de defesa em prol da aproximação militar, bem como as iniciativas que possibilitaram a cooperação militar a partir dos anos 2000. O segundo capítulo elenca uma revisão teórica sobre cooperação militar indicando as iniciativas que ambos os países tiveram para facilitar a aproximação militar, elencando exercícios realizados e seus desdobramentos. O terceiro capítulo versa sobre aspectos de doutrina e objetivos militares dos dois países, analisando pontos onde são convergentes e divergentes.

CAPÍTULO 1

POLÍTICA EXTERNA

A Política Externa é compreendida como um conjunto de princípios que norteiam as ações internacionais de um governo, que envolvem as políticas de um país voltadas para a interação com o ambiente para além de suas fronteiras. Pode-se dizer que é a soma das relações externas oficiais, conduzidas pelo Estado, em suas relações internacionais, que para serem efetivadas passam por uma intersecção do ambiente interno com o externo e de atores estatais e não-estatais (LISBOA; POZO, 2021).

Para entender a Política Externa, deve-se compreender que os Estados atuam em um cenário global, onde

[...] os personagens/atores globais, cada qual com suas ambições e intenções econômicas e sociais nos mais diversos campos seja mundialmente ou regionalmente. Com isso, relações de poder se estabelecem em meio ao estado de anarquia, onde o poder de cada qual, de acordo com suas capacidades individuais, se sobrepõem as de outrem, encadeadas pelas potências de cada ator em suas interações. Há nesse cenário o surgimento do choque de interesses, onde muitas vezes a potência se consolida na maior ou melhor força armada de determinado ator, que em situação final garante a balança a seu favor na relação de poder (SILVA, 2020, p. 8).

A Política Externa também caracterizada como uma Política Pública, apesar de possuir uma particularidade que a distingue das demais políticas. A Política Externa necessita ser implementada fora das fronteiras estatais, o que pode ocasionar uma certa distância entre os objetivos e resultados. No que diz respeito sobre o entendimento da Política Externa como Política Pública, é necessário considerar as demandas e conflitos de vários grupos domésticos e a influência da opinião pública na formulação e conteúdo da Política Externa brasileira. A Política Externa acaba sendo uma dimensão das Relações Internacionais e de uma Política Pública. (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013).

A Política Externa é visualizada por pelo menos três dimensões: a dimensão da representação, a dimensão da gestão e a dimensão do controle. Em geral no Brasil, no presidencialismo, a dimensão da representação e da gestão cabem ao Executivo. Já o controle acaba por ser uma função do Legislativo. A teoria política aponta para

uma correlação positiva entre democracia no plano interno e paz no plano internacional, um internacionalismo guiado pelos princípios da coexistência e cooperação com os demais membros da sociedade internacional (LAFER, 2018).

No contexto regional, a América Latina combina a Geografia com a História, e possui em comum, além do espaço e localização no mundo, formas compartilhadas de inserção no sistema internacional. As formas compartilhadas são uma herança da experiência colonial e da América Latina ser o resultado da expansão do universo econômico europeu, além do universo democrático, social e cultural da Europa. Já no contexto contíguo, retratado pelas relações entre os países com fronteiras em comum, no caso do Brasil, apresenta um cenário relevante e complexo. Torna-se indispensável uma política de boa vizinhança, internacionalismo democrático com cooperação e coexistência em permanente atenção, uma vez que é um dos países do mundo com um maior número de vizinhos (LAFER, 2018).

1.1 POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

A Política Nacional de Defesa expressa os objetivos a serem alcançados com vistas a assegurar a Defesa Nacional, conceituada como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do Território Nacional, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (BRASIL, 2020b, p.11).

Os interesses nacionais são o estímulo para a atividade de um Estado, ao passo que tanto a Política Nacional de Defesa (PND) quando a Política Externa, devem ser orientadas ao cumprimento de tais interesses (COUTINHO, 2018). Dessa forma, Política Externa e Política de Defesa

[...] necessitam estar centradas em uma base comum de entendimento a respeito do papel a ser exercido pelo Estado no plano internacional (entendimentos que devem emanar do poder político e estar respaldadas por ele, em acordo com as normas constitucionais); a partir dessa base comum, o planejamento das políticas setoriais decorrentes (da política externa e da política de defesa, com seus componentes naval, terrestre e aéreo) deve guardar aderência aos princípios gerais que o embasam, não havendo incompatibilidade entre eles (ALSINA JR., 2009, p. 79).

Uma vez definido que ambas as políticas devem possuir uma base comum, a fim de compreender melhor como o Poder Militar se relaciona com a Política Externa,

é importante que se traga à discussão a classificação dos diferentes atores mundiais de acordo com suas capacidades, propostas por Buzan et al. (2004):

- Superpotências: são as nações que possuem aspirações de ordem global, bem como capacidades militar e econômica para defender seus interesses, caracterizadas por apresentar elevada aptidão de intervir na ordem mundial de diversas formas e em diferentes locais de forma simultânea.
- Grandes potências: Estados que possuem capacidade de atuar externamente, reconhecidos pela sua destacada capacidade militar e econômica, contudo, incapaz de atuar de forma global. São notadas pelos demais países como pretendentes a ser uma superpotência, ou então por terem declinado de tal posto.
- Potências regionais: países com capacidade de atuar regionalmente, normalmente destacam-se economicamente na região onde se inserem e são percebidos como essenciais para o equilíbrio daquela região.

O Brasil é considerado uma potência regional e seus interesses no campo da Política Externa Regional devem estar voltados para a manutenção da estabilidade do subcontinente em que se insere, dessa forma criando condições para que se diminua ao máximo o dispêndio de recursos (já escassos em diversos setores públicos brasileiros) com assuntos relacionados à segurança externa em prol de maiores investimentos em pautas relacionadas ao desenvolvimento do país (ALSINA JR, 2009).

A América do Sul é considerada mundialmente como uma região pacífica e livre de armas nucleares, contudo tal fato não impossibilita o surgimento de conflitos que visem ajustar desentendimentos ainda presentes² (e que historicamente guardam certa constância na região). Portanto, o poder militar exerce uma importante função, visto que pode atuar para defesa dos interesses nacionais por meio de uma ampla gama de atividades que precede o conflito bélico e que auxiliam na estabilidade e segurança regional (ALSINA JR, 2009).

Para Alsina Jr. (2009) apud Mares (2001), a América do Sul possui um nível de conflitividade interestatal intermediário, em que os atores levam a escalada de conflitos até o limite que não contemple conflitos armados, denominado “limite lógico”. A capacidade destrutiva e vulto das questões de segurança do subcontinente não são

² Conforme <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59585669> (acesso em 17 jul. 2022).

consideradas cruciais para o equilíbrio do sistema internacional, logo a intervenção militar de uma superpotência ou grande potência parece ser uma possibilidade pouco provável.

As políticas Externa e de Defesa Brasileiras tem tido grande cautela quanto à exposição das aspirações de liderança e hegemonia regional, pois atitudes mais incisivas na área bélica poderiam causar instabilidade e desconfiança³ nos Estados vizinhos, algo que em nada contribuiria para o desenvolvimento econômico local. A inexistência de uma potência local com capacidade de projeção multidimensional de poder associada a proeminência brasileira na região, acabam tecendo uma Política Externa Brasileira moderada e uma menor prioridade no fortalecimento da capacidade de Defesa Nacional, embora “nenhuma das características positivas do construto implica o abandono da Política de Defesa como um tema de fundamental importância” (ALSINA JR, 2009, p. 183).

Entretanto, se por um lado o aumento do poder militar de uma potência regional tende a gerar desconfiança, por outro é essencial para garantir a sua própria capacidade de intervir, bem como dá ferramentas para pautar melhores negociações com atores externos. Um país sem capacidade militar adequada, deve sempre evitar conflitos, voltando-se para uma solução pacífica de conflitos, ainda que tal resolução lhe seja desvantajosa, como é retratado na passagem a seguir:

Os meios persuasivos são, a meu ver, os únicos de que se lança mão, para sair-se bem de negociação complicada como esta (litígio com a França sobre o Amapá), uma nação como o Brasil, que ainda não dispõe de força suficiente para impor sua vontade a uma grande potência militar. [...] é justamente a ausência de recursos de poder, em escala adequada, que indica o acerto da busca da resolução pacífica dos conflitos (ALSINA JR apud Barão do Rio Branco, 2009, p. 182).

No campo doméstico, Lima (2015) faz uma crítica ao mencionar que a existe uma falta de articulação entre as Políticas Externa e de Defesa. O mesmo autor ainda dá ênfase ao fato que a Política Externa necessita estar pautada em um poder militar que garanta e auxilie seu esforço de ampliar a autonomia e capacidade de barganha do país.

Coutinho (2018) apud Lima (2010), observa que

³ A exemplo da desconfiança ocorrida em 2009, quando Argentina acendeu um "sinal amarelo" em relação aos rumos do programa nuclear brasileiro. Conforme <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1102201117.htm> (acesso em 17 jul. 2022).

[...] há condições necessárias e ideais para que se obtenha a articulação entre as políticas abordadas. A primeira condição seria a existência de uma definição política do Estado, a qual seria resultado das escolhas eleitorais da comunidade política dos responsáveis pela condução da política internacional no âmbito diplomático e militar. Ao se tratar de um regime democrático, tal definição política deveria especificar claramente os objetivos no plano externo e estabelecer os mecanismos institucionais necessários para a articulação e coordenação entre as burocracias e organizações responsáveis pelas funções diplomática e militar no âmbito internacional. A segunda condição seria a subordinação constitucional e política das duas burocracias em questão ao poder político legalmente constituído, sendo, portanto, a expressão da soberania popular (COUTINHO, 2018, p. 195).

A partir dos pontos observados, convergência entre as Políticas Externa e a de Defesa é uma condição importante e necessária, que devem ser criadas por meio de interação entre militares, políticos e diplomatas. A análise do rumo e das possibilidades de atuação externa brasileira devem ser pautadas no conhecimento mútuo e uma visão compartilhada a respeito da realidade internacional (COUTINHO, 2018).

1.2 CONTEXTO MACRO REGIONAL

O início do Século XXI foi marcado pelo maior ataque terrorista da história, que ocorreu em 11 de setembro de 2001, ocasião que afetou o senso de segurança do mundo, principalmente por ter sido contra a maior superpotência global. O fato carregou consigo uma nova percepção de ameaças e desconfianças, além disso, desafiou as Nações a reinventarem suas formas de conduzir suas Políticas Externas. Os Estados Unidos declararam repúdio ao terrorismo e passou a voltar sua atenção a esse novo tema, dessa forma exercendo uma menor influência na América do Sul (LAFER, 2018).

Denota-se então que não é mais possível considerar unicamente o Estado como agente responsável pelas ameaças e riscos à segurança tanto de outros Estados como dos indivíduos. Outros atores, como organizações não-estatais, passaram a ser incluídos no rol de produtores de conflito. Como decorrência, essa nova configuração das relações de segurança desencadeou um período de reestruturação da agenda de segurança internacional. Essa discussão também precisou ser feita em relação à agenda regional uma vez que a agenda tradicional, decorrente da conformação de segurança estatocêntrica, não dava mais conta dessa nova realidade (PAGLIARI, 2011, p. 3).

Com a finalidade de explicar o contexto de aproximação regional que ocorreu na América do Sul, Fontes e Stella (2019) explicam que, após o fim da Segunda Guerra Mundial, existiu um processo mundial de regionalismo com objetivos econômicos, protecionistas e desenvolvimentistas. Movimento que ganhou força a partir de 1980 com a criação de diversos blocos econômicos pelo mundo. Na região latino-americana não foi diferente, desde 1950 buscava-se “estratégias de industrialização que impulsionassem o crescimento econômico dos países” (FONTES; STELLA, 2019, p. 2). Dessa forma, o regionalismo associado a integração econômica foi percebido como uma maneira de ganhar e prover notoriedade econômica e desenvolvimento industrial à região, alcançando poder de negociação perante os demais blocos já existentes. Na América do Sul, os movimentos de maior vulto e exclusivamente regionais foram o MERCOSUL, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), e, mais atualmente, o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL). Tais cooperações são parte da análise deste Capítulo, uma vez que estão intimamente relacionadas com a proposta de integração e cooperação da América do Sul, e será dada maior ênfase nas relações entre Brasil e Argentina, objeto de análise deste trabalho.

1.2.1 MERCOSUL

Significativas mudanças ocorreram em relação aos objetivos da Política Externa Brasileira desde a volta dos governos civis em 1980, que permitiu uma aproximação entre o Brasil e a Argentina, uma vez que a busca por uma integração regional passa a ser apontada cada vez mais como uma meta. O Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento desenhou o Mercosul em 1988, um processo que era visto como um fortalecedor regional perante o mundo, particularmente aumentando a capacidade das relações com os maiores centros de poder, que logo foi percebido como uma vantajosa aproximação, bem como uma facilidade à diversificação de parcerias (VIGEVANI; JÚNIOR, 2014).

O bloco econômico sul-americano surgiu fruto da aproximação econômica entre as duas maiores potências regionais da época, Argentina e Brasil, além de negociações sob âmbito de uma tentativa anterior de integração regional - Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Nesse contexto, Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai assinaram, em 1991, o Tratado de Assunção, dando origem ao Mercosul (FONTES; STELLA, 2019, p. 2).

O regionalismo deu lugar a uma área de livre comércio marcada por uma união alfandegária em 1995. Contudo, o impulso empresarial diminuiu sua força nos anos 2000 passando a não ter uma tendência totalmente definida. “A partir de 2003, o MERCOSUL muda relativamente a sua ênfase comercial e passa a considerar de modo mais direto as questões sociais e institucionais” (VIGEVANI; JÚNIOR, 2014, p. 527), quando o Brasil passa a reconhecer as assimetrias estruturais do acordo.

A partir de 1999, com a crise do Real e sua desvalorização, e a posterior recessão Argentina, de 2001, o MERCOSUL entra em crise. Nesse momento, fortalece-se no Brasil uma dimensão da autonomia que começa cada vez mais a relativizar a importância da integração, ao mesmo tempo que lidar com as crises exigiria um maior comprometimento com a integração, inclusive do ponto de vista institucional, o que teria implicações para a autonomia do país. Assim, além dos elementos conjunturais, que se expressam por seguidos contenciosos comerciais e políticos, devem ser considerados na busca de explicações consistentes para os problemas do bloco: questões estruturais, relativas às economias dos países envolvidos e valores enraizados nos Estados e nas sociedades, como democracia, percepção da própria posição no mundo, afinidades culturais e outros, inclusive o desafio de compatibilizar as lógicas da autonomia e as necessidades da integração regional (VIGEVANI; JÚNIOR, 2014, p. 529).

Outras negociações como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), Organização Mundial do Comércio (OMC) e BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), acabaram enfraquecendo ainda mais o MERCOSUL. Acaba ficando clara a necessidade de menor institucionalização do bloco para um modelo de livre mercado, mantendo a margem de manobra para as relações com outras partes do mundo. Para o MERCOSUL, “instabilidades e crenças na possibilidade de resolução autônoma de problemas as encontramos insistentemente em todos os países” (VIGEVANI; JÚNIOR, 2014, p. 532).

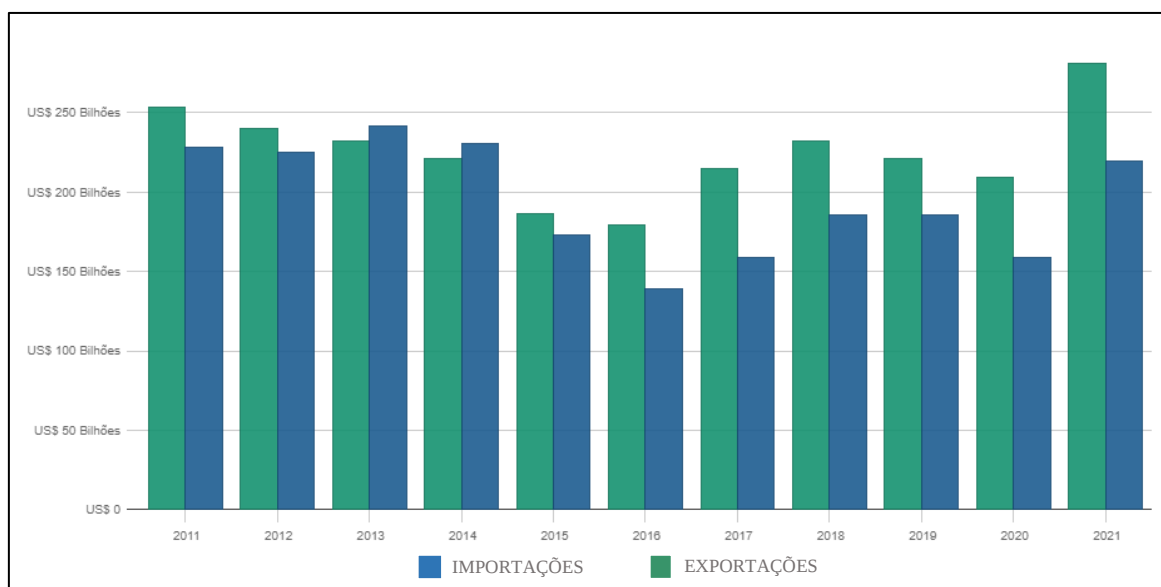
Para Júnior (2021), o projeto MERCOSUL pretendia criar uma integração completa (política, social, econômica e cultural) contudo, não atingiu seu objetivo por completo pois nota-se uma preponderância do lado econômico. Pelo lado econômico, o MERCOSUL vem cumprindo seu intento, mas vale ressaltar que recentemente fez um acordo com a União Europeia, e que também incluiu rodadas com Associação Europeia de Livre Comércio, o Canadá, a Coreia e Singapura, reforçando seu papel de integração regional para fortalecer sua capacidade de negociação.

Embora apresente imperfeições e falhas, percebe-se o resultado do MERCOSUL ao notar que a Brasil e Argentina continuam sendo importantes parceiros comerciais. A Figura 2 representa o comércio exterior brasileiro com a Argentina,

sendo que a Argentina representou 4,23% do total de exportações brasileiras, sendo o 3º maior parceiro comercial brasileiro⁴.

“[...] atualmente é possível definir o MERCOSUL como organização regional de integração (inclusive com a da adesão e posterior suspensão da Venezuela), de natureza intergovernamental, que se encontra entre uma zona de livre comércio incompleta e uma união aduaneira imperfeita, cujo objetivo central é chegar a um mercado comum (JUNIOR, 2021, p. 77).

Figura 2 - Comércio Exterior Brasil e Argentina em 2021



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços⁴ (modificada).

1.2.2 UNASUL

Em maio de 2008, após uma série de reuniões para tratar sobre a integração Sul-americana, foi criado o UNASUL. À época havia um contexto de diversidades que assolava a região e a parceria surge na tentativa de criar um meio para interlocução de divergências, com a ideia de manter a soberania externa dos Estados individuais. No mesmo panorama, ainda é verificada algumas alterações na posição brasileira, especialmente quanto ao financiamento da integração, que antes era considerada inviável. O “tema da infraestrutura passa a ser visto como central para a política brasileira de integração, na medida em que se considera que parte das dificuldades para o adensamento das relações localiza-se na precária conexão física entre os países” (VIGEVANI; JÚNIOR, 2014, p. 537).

⁴ Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis> (acesso em 14 jul .2022).

Para Neto (2020), o UNASUL constitui um fato importante para história da cooperação regional, uma vez que conseguiu abarcar todos os países da América do Sul em prol de “projetos de cooperação regional [...] sobre defesa; economia e finanças; problema mundial das drogas; saúde; educação; ciência, tecnologia e inovação; desenvolvimento social; energia; infraestrutura e planejamento” (NETO, 2020, p. 114).

Nesse sentido, Virga e Marques (2020) entendem que o período de 2000 até 2020 foi marcado por iniciativas que buscaram uma agenda de aproximação por integração física regional de forma consensuada pelos doze países. Contudo, um movimento que perdeu força e acabou gerando enormes incertezas dado o “cenário político e econômico cada vez mais instável e nebuloso na América do Sul” (VIRGA; MARQUES, 2020, p. 176).

No contexto da UNASUL, a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, em dezembro de 2008, foi uma iniciativa exclusivamente brasileira vinculada ao fortalecimento da operação em temas de segurança e defesa. O assunto de defesa aqui introduzido será tratado em maiores detalhes no Capítulo 2.

Nos últimos anos se instalou um conflito interno na UNASUL que praticamente paralisou suas atividades. Desde 2017, quando o ex-presidente colombiano Ernesto Samper concluiu seu período à frente do organismo, a UNASUL está sem secretário-geral por força da ausência de consenso entre os seus membros, bem como sem fontes de custeio para a manutenção de suas atividades (JUNIOR, 2021, p. 80).

A UNASUL declinou em seu projeto de integração regional devido a prolongada crise no organismo, do novo contexto político e econômico, cujos principais marcos foram a eleição de Mauricio Macri na Argentina, e o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff no Brasil (NETO, 2020, p. 115).

Júnior (2021) adverte que o UNASUL não se mostrou um concorrente do MERCOSUL, na verdade foram instituições convergentes, com atividades harmônicas e que se complementam visando dirimir as diferenças que impedem que a integração sul-americana de fato ocorra. Já o PROSUL, foi criado para concorrer ou substituir o UNASUL.

Em 15 de abril de 2019 por meio da Nota à Imprensa Nº 91/2019, o Brasil formalizou sua saída da Organização, um ano após os governos de Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru terem decidido de forma conjunta suspender a sua

participação da UNASUL em função da prolongada crise no organismo (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2019).

1.2.3 PROSUL

Com o abandono ao UNASUL por diversos países (acima citados), o PROSUL (Progresso e Desenvolvimento da América do Sul) aparece como uma estratégia de tornar-se uma referência política e econômica mundial, que garanta a independência e liberdade de seus países.

Onze anos após a criação da UNASUL e com novas aspirações e posicionamentos políticos nos governos da América do Sul, devido ao avanço da direita conservadora no subcontinente, uma nova iniciativa foi criada por Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru. Em 2019, o Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL) substituiu a UNASUL, com uma proposta simplória e genérica para a integração regional (NETO, 2020, p. 112).

O novo sistema deve estar atento ao fato que uma “integração conduzida apenas por tecnocratas, sem a efetiva participação popular, será fracassada, como demonstrado por várias experiências vividas na América do Sul” (JÚNIOR, 2021, p. 76).

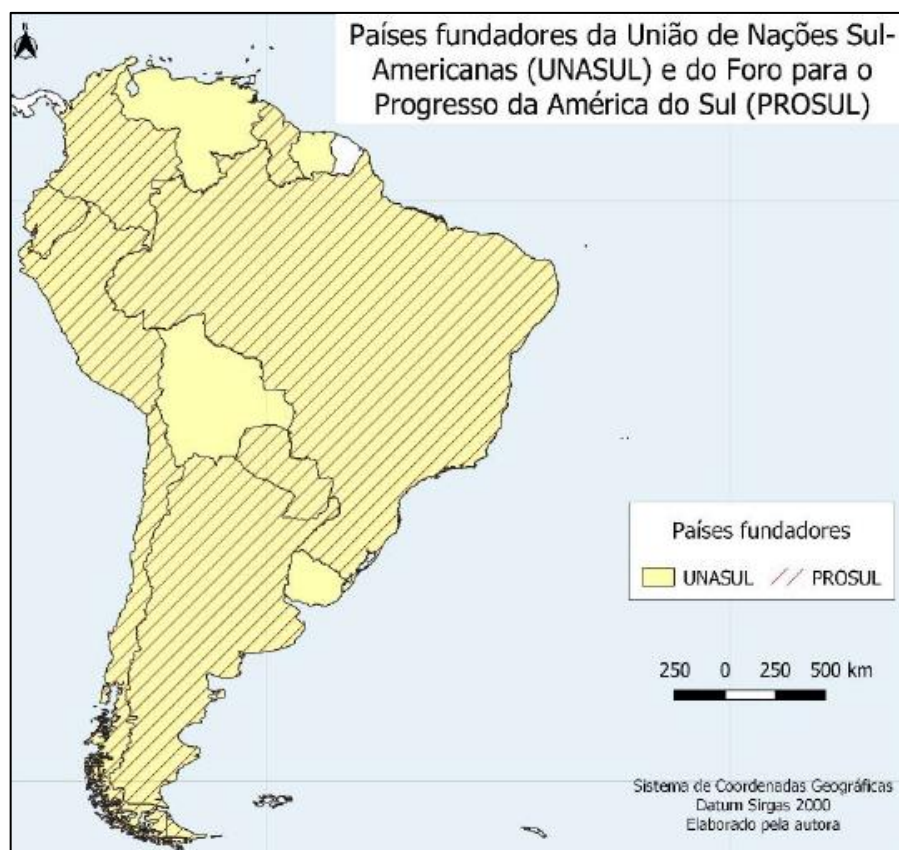
Conforme a Figura 3, pode-se perceber que a constituição do PROSUL ficou basicamente a mesma do UNASUL, sendo que embora Uruguai, o Suriname e a Bolívia não tenham optado por fazer parte, enviaram representantes para acompanhar a consolidação do acordo. A única exceção foi a Venezuela, explicada pela sua situação política (NETO, 2020).

O novo acordo foi formulado com configuração muito parecida ao UNASUL, inclusive no que tange a sua temática. A mudança se dá por adotar uma forma estrutural mais dinâmica e sem uma sede, suas discussões serão realizadas por meio de grupos de trabalho.

Vale lembrar que para alcançar o êxito na criação do MERCOSUL, Brasil e Argentina, “tiveram que superar controvérsias no campo energético, principalmente no que tange às represas hidrelétricas do alto Paraná (Itaipu e Corpus)” (JÚNIOR, 2021, p. 76), e desafios parecidos devem se fazer presentes no PROSUL. Logo, a Política Externa dos membros do PROSUL, principalmente a brasileira, pela

proeminência do país, devem atribuir esforços para aperfeiçoar e aprofundar as bases que o MERCOSUL estabeleceu (JÚNIOR, 2021).

Figura 3 - Países fundadores do PROSUL x UNASUL



Fonte: NETO, 2020.

CAPÍTULO 2

COOPERAÇÃO MILITAR

“A PND é o documento condicionante de mais alto nível para o planejamento de ações destinadas à defesa do País” (BRASIL, 2020a, p. 35). A expressão militar remete ao principal elemento para a garantia da “defesa do Território Nacional, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas” (BRASIL, 2020a, p. 191), uma vez que é o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado com ênfase militar destinada para ameaças à estrutura do país. A palavra cooperação é diversas vezes citada no documento e tem sua origem do latim *cum* + *operari* que significa trabalhar junto. Ou seja, cooperar militarmente significa trabalhar em conjunto com outras nações, a fim de que se alcancem os objetivos militares almejados, os quais devem estar correlacionados à Política Externa e ambos serão norteados pelos interesses nacionais, conforme discutido no Capítulo 1.

A tratativa de cooperação militar normalmente está ligada a países de uma mesma região, uma vez que “um grupo de Estados interdependentes que, por imperativos geográficos de proximidade ou vizinhança, compartilha ameaças e preocupações militares, independentemente de seus interesses” (MEDEIROS, 2010), além de possuírem pensamentos estratégicos e culturais mais próximos.

De acordo com Moraes (2010), a relação entre os Estados pode ser cooperativa ou conflituosa nos mais diversos temas (desde que não estejam em guerra propriamente dita), uma vez que alguns deles podem cooperar e outros estarem mais propensos ao conflito. O autor ainda esclarece que a análise da relação se dá de duas formas: a estática quando está se analisando apenas o momento presente e a histórica que avalia como a relação se desenvolveu com o passar do tempo, com destaque aos momentos em que houveram maior cooperação e momentos conflituosos. Obviamente, no campo das negociações externas, o histórico cresce de importância, pois cria uma base de confiança, testada pelo tempo, que dará sustentação às propostas apresentadas no presente.

As Políticas de Defesa devem ser estáveis e baseadas em Políticas de Estado, uma vez que mudanças de rumo frequentes criam margem para desconfianças gerando dilema entre dissuasão e cooperação. “Tal paradoxo acarreta dificuldades

tanto para o planejamento das condições de defesa de cada país, como também tende a adiar as possibilidades de aprofundamento de mecanismos regionais de cooperação em defesa” (MEDEIROS, 2010, p.15).

É possível observar uma via dupla, se por um lado a desconfiança tende a afastar as discussões a respeito da defesa e emprego das Forças Armadas entre nações próximas, por outro: “a proliferação de novas ameaças [...] tende a reforçar a aproximação doutrinária entre os militares da região, contribuindo assim para o processo de integração regional” (MEDEIROS, 2010, p.16).

O engajamento estratégico, primeira característica da nova diplomacia de defesa, é apontado como um fenômeno típico dessa nova estratégia por buscar a cooperação militar com oponentes antigos ou potenciais, a fim de prevenir conflitos – ou seja, enfatizando o seu caráter de ferramenta de prevenção. Nesse sentido, pode ter vários usos (REZENDE, 2013, p. 30).

2.1 CENÁRIO GLOBAL

Moraes (2010) avalia que a partir do início do Século XXI (objetivo de estudo deste trabalho), é possível observar um movimento global em que Estados Unidos vêm diminuindo sua vantagem em termos econômicos e bélicos, fruto da ascensão e surgimento de novos atores, e como resultado percebe-se

[...] a intensificação da disputa entre potências como Estados Unidos, Rússia e China. Como consequência, esses países têm aumentado sua presença geopolítica em seus entornos geográficos imediatos, de modo a assegurar essas zonas sob sua influência direta, ao mesmo tempo em que buscam expandir essa influência também em outras regiões. Nesse sentido, a América do Sul enfrenta os efeitos desestabilizadores pela sua proximidade, não só geográfica, mas histórica e geopolítica, com os Estados Unidos, os quais têm gerado novos e maiores desafios em termos de desenvolvimento e autonomia regional (SILVA; GRASSI, 2022, p. 34).

O processo em curso tende a dar maior autonomia à América do Sul, que liderada pelo Brasil poderia surgir com um importante bloco no cenário global, “capaz de dialogar em um mesmo nível com outras potências e de debater os principais assuntos globais” (MORAES, 2010, p. 126).

Os autores Fuccille e Rezende (2013) explicam por meio da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, a qual considera que problemas de segurança e ameaças estão mais associados à região, mas continuam sofrendo a interferência da polarização do sistema internacional, e ainda defendem que com o crescente

desengajamento dos Estados Unidos na região nos últimos tempos (motivado pelas novas demandas na Política Externa americana após o 11 de setembro 2001, conforme mencionado no capítulo 1), o Brasil pode exercer um maior protagonismo em termo de defesa regional, que se deu por meio de institucionalização da UNASUL e em especial seu Conselho de Defesa. “A relativa autonomia experimentada pela América do Sul possibilita o papel proeminente do Brasil como articulador das percepções de segurança” (FUCCILLE; REZENDE, 2013, p. 95).

Em sua obra, Pinto, Rocha e Silva (2004), trazem a visão do Almirante Mário Cesar Flores acerca da estratégia das Forças Armadas Brasileiras e seus desafios para o século XXI. Em um dos pontos abordados o Almirante avalia que a preocupação da defesa brasileira deve ser regional e a participação em operações distantes deve ser apenas simbólica, a fim de demonstrar que é favorável à ação, dessa forma potencializando os recursos destinados à defesa para se contrapor às ameaças reais brasileiras sem deixar de fazer uso das Forças Armadas brasileiras como ferramenta de Política Externa.

2.2 RELAÇÃO BRASIL E ARGENTINA

“A relação entre Brasil e Argentina é marcante em diversos campos do relacionamento entre as nações. No campo econômico, a Argentina é o principal parceiro comercial do Brasil na América do Sul e o terceiro do mundo, após China e Estados Unidos” (VARELA, 2021, p. 21). Os dois países combinados têm importante participação no contexto sul-americano representando aproximadamente 60% de sua população, 63% da área total e pouco mais de 60% de seu PIB.

Para entender a aproximação entre países é necessário retroceder no tempo, dessa forma, observa-se que partir dos anos 2000, o governo brasileiro voltou sua prioridade de Política Externa para a América do Sul, pois essa aliança transformaria a região num polo de poder mundial, “nesse sentido, a integração com a Argentina tornou-se parte de um projeto mais ambicioso: o da integração sul-americana sob a liderança brasileira, com o objetivo de criar um polo sul-americano de poder em uma futura ordem mundial multipolar” (MORAES, 2010, p. 82).

Contudo, Schenoni (2018) explica que a cooperação (que possibilitou uma aproximação militar envolvendo as nações) entre Brasil e Argentina inicia antes de 1980 e que

[...] a cooperação aparentemente só foi possível quando certos atores domésticos – a saber, a burocracia estatal e a burguesia industrial local e, mais tarde, os militares – foram excluídos da formulação da política externa na Argentina. Além disso, as mudanças de coalizão na Argentina que permitiram uma virada cooperativa parecem ter sido contemporâneas a importantes choques externos. As pressões decorrentes da disputa do Canal de Beagle com o Chile e a política de direitos humanos dos Estados Unidos ajudam a explicar as mudanças radicais empreendidas na Argentina em 1977 (SCHENONI, 2018, p 17, tradução minha).

Para Jaguaribe (2005), a aliança entre Brasil e Argentina é indispensável, pois o mesmo considera que o

[...] que está em jogo, no relacionamento entre o Brasil e a Argentina, não é apenas o fato de que uma estreita cooperação entre os dois países lhes seja extremamente conveniente. O que está em jogo é o fato de que uma sólida, confiável e estável aliança argentino-brasileira se constituiu, nas presentes condições do mundo, um requisito *sine qua non* para a sobrevivência histórica de ambos os países. Nenhum deles dispõe, presentemente, de condições para preservar, isoladamente, sua efetiva soberania e assegurar sua identidade nacional e seu destino histórico. Tal fato constitui uma das inescapáveis consequências do processo de globalização (JAGUARIBE, 2005, p. 45).

Moraes (2010) menciona que com a chegada do século XXI, a Argentina passou a questionar duramente sua própria Política Externa anterior, pois esperavam um auxílio norte-americano durante a crise econômica argentina de 2001 e 2002 (após uma forte década de alinhamento político com os EUA) e isso não ocorreu. Dessa forma, realinhando sua Política Externa que passou a voltar-se para um relacionamento mais próximo com o Brasil; o autor explica que tal aproximação (tanto na Política Externa Brasileira quanto na Argentina) possibilitou um aumento nas relações, com maior ênfase em assuntos estratégicos como: “integração sul-americana, atuação conjunta em espaços multilaterais e a cooperação nas áreas nuclear, de defesa, nanotecnologia, entre outras, passaram a ser tratadas com maior profundidade” (MORAES, 2010, p. 82). Toda essa aproximação permitiu um fortalecimento da UNASUL e, no âmbito desta, do Conselho de Defesa Sul-Americano (a saber).

Apesar da maior confiança conquistada, Suppo e Gavião (2020) relatam um momento de maior desconfiança e estresse vivido entre as nações no ano de 2010. Na ocasião ocorreu um momento de desconfiança da Argentina, que acusou o Brasil de não estar sendo transparente em aspectos atinentes à fabricação de armas

nucleares para exercer sua soberania. Contudo, tal evento foi seguido de uma reaproximação.

Adicionalmente, é de suma importância compreender que a relação entre Forças Armadas, aqui mais especificamente entre Brasil e Argentina, se dá além do nível político, conforme:

O sistema existente permite que cada um dos três ramos de serviço estabeleça seus próprios canais de comunicação com seus pares em outros países e os utilize de forma relativamente independente das instruções políticas do Ministério das Relações Exteriores do Brasil ou do Ministério da Defesa. A Marinha brasileira, por exemplo, pode decidir livremente sobre a intensificação das relações com a frota argentina ou uma aproximação com a Marinha portuguesa. Igualmente autônomos são os Comandantes das duas Marinhas cooperantes quanto à definição das prioridades e medidas de cooperação pretendidas sem necessariamente considerar as ordens políticas do governo (FLEMES, 2004, p. 12, tradução nossa).

Reforçando essa ideia, Couto (2020) traz em sua tese as palavras do General José Benedito de Barros Moreira, sendo:

[...] essa cooperação militar no Mercosul até precedeu o Mercosul. Sempre nos entendemos muito bem com os militares dos países vizinhos. Os políticos podiam não estar muito bem, mas nós, militares, sempre estivemos bem acertados. Há intercâmbio de alunos para estudos, há reuniões bilaterais, há exercícios conjuntos (COUTO, 2020, p. 100).

Para Aravena (2005), a estabilidade observada hoje na América do Sul, em grande parte é fruto de importantes acordos (em grande parte de assuntos militares), conforme segue:

A afirmativa de que na América Latina as relações interestatais gozam de um alto nível de estabilidade, e baixa conflituosidade, é objeto de amplo consenso, tanto entre os analistas acadêmicos como entre os responsáveis pelas decisões políticas. Neste terreno têm tido especial importância os progressos havidos na década de 1990, quando foram resolvidos alguns dos principais contenciosos interestatais, ou quando se reduziu a competição militar estratégica entre os principais atores envolvidos. Neste sentido cabe destacar os importantes acordos entre os países do Cone Sul, que consolidaram uma estabilidade mais ampla, tornando possível que a América do Sul se declarasse uma zona de paz. Os acordos nucleares entre Argentina e Brasil, em meados dos anos oitenta, foram cruciais nesse processo (ARAVENA, 2005, p. 61-62).

Nesse mesmo sentido, o Livro Branco de Defesa Argentina caracteriza o Atlântico Sul como uma região de paz e cooperação, embora apresenta preocupação com exploração de recursos naturais nas águas jurisdicionais argentinas; e embora cite que o Oceano Atlântico representa oportunidade de relacionamento com a costa

africana, esse assunto aparece com uma menor importância comparativamente ao que o mesmo representa para o Brasil, entretanto cita como relevante as passagens interoceânicas do Canal de Beagle e do Estreito de Drake visto que este último representa a única opção para que barcos de grande porte, como superpetroleiros, barcos de guerra e submarinos, possam alcançar o Oceano Pacífico pelo sul do subcontinente (VAZ, 2011).

2.3 CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANA

Os países da região não tinham um histórico de cooperação no tema da segurança e defesa, muito por conta das diferentes leituras sobre os mesmos, e subordinavam a discussão dessas questões à relação com os Estados Unidos ou com os regimes e instituições criados à sombra da hegemonia desse país, como a Organização dos Estados Americanos (OEA). (VIGEVANI; JÚNIOR, 2014, p. 539).

O autor Fuccille (2019) discorre sobre a criação do Conselho de Defesa Sul-Americana (CDS), mencionando que a “dimensão política e a ênfase no fortalecimento da autonomia nacional e regional passaram a ser questões centrais, [...] fruto também da percepção de que o estreitamento do diálogo regional exige determinadas ações que o regionalismo aberto, alicerçado no paradigma neoliberal, não seria capaz de suprir adequadamente”. A UNASUL, a qual o CDS fica subordinado, associa os 12 países da América do Sul visando o fortalecimento da soberania e da autonomia nacional de seus membros. “Entre seus objetivos está o fortalecimento de mecanismos de concertação regional para aumentar a conexão do espaço econômico e político sul-americano” (FUCCILLE, 2019, p. 5).

Por sua vez, a criação do CDS no mesmo ano de 2008 foi uma iniciativa voltada especificamente para a implementação de políticas de defesa nas áreas de cooperação militar, assistência humanitária e operações de paz, indústria, tecnologia e treinamento em defesa. [...] Desde sua implementação oficial em 2011, quando o último país ratificou o acordo, o Conselho avançou na formação de uma visão comum sobre defesa regional, promovendo o intercâmbio de informações e medidas de fortalecimento da confiança, bem como a revisão da situação em nosso continente e a identificação e avaliação de possíveis fatores que possam ameaçar a paz regional (ARREDONDO, 2017, p. 166, tradução minha).

A criação do CDS foi uma proposta ousada que visava com maior ênfase uma comunidade de segurança regional, sem, entretanto, explicitar o contra quem ou o que se opunha. Sua viabilidade passou por diversas articulações pois muitos de seus membros o enxergavam como um instrumento para consolidar a hegemonia brasileira

na região. Por fim, acabou vingando a criação de uma estrutura subordinada ao UNASUL, que por meio de, pelo menos um encontro anual entre os ministros da Defesa dos países membros, fomentam o intercâmbio nos campos de segurança e defesa (FUCCILE, 2014). Juntamente com o CDS, foi criada a Escola de Defesa Sul-Americana (ESUDE) que “tem o objetivo expresso de formar quadros especializados em Defesa e Segurança Regional, mas também pretende fomentar a confiança mútua entre os membros do bloco” (CARMO, 2015).

Esse desenvolvimento se deu em um cenário onde era patente a crise de um modelo de segurança hemisférico (ou pan-americano), que apresentava problemas já há tempos. A crescente erosão da legitimidade do modelo de segurança coletiva do período anterior, confirmado por exemplos como a pouca efetividade do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), a Junta Interamericana de Defesa (JID) e até a própria Organização dos Estados Americanos (OEA), combinada a um crescente desengajamento dos EUA na região, bem como novas prioridades por parte do Departamento de Estado estadunidense pós-11 de setembro de 2001, acabaram por consolidar um imaginário na América do Sul de espaço geográfico possível e passível de desenvolver políticas mais independentes, advindas de uma maior margem de autonomia (FUCCILLE, 2019, p. 5).

Já Moloeznik (2018), cita outra iniciativa, a Conferência de Líderes de Fuzileiros Navais das Américas que teve seu primeiro encontro em 2001 e já conta com 8 encontros, onde são discutidos diferentes temas, formas de promover a cooperação militar interamericana e o compartilhamento de experiências e boas práticas, contribuindo para a solução de problemas comuns. O autor menciona ainda aumento na importância relativa do Corpo de Fuzileiros Navais como instrumento para garantir o cumprimento de operações de garantia da lei e da ordem, combate ao narcotráfico, terrorismo e outras ameaças transnacionais que afetam a região. Além de tais coordenações em assuntos de defesa, existem os exercícios práticos realizados, assunto tratado no próximo tópico.

Juntamente com o encerramento da participação brasileira no UNASUL⁵, o Brasil deixou participar do CDS.

⁵ Conforme MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2019.

2.4 EXERCÍCIOS MILITARES COMBINADOS BRASIL E ARGENTINA

Segundo Brasil (2014), operações militares combinadas “são aquelas realizadas com forças e meios de duas ou mais nações no âmbito de uma aliança ou coalizão”.

Para Pereira e Pessoa (2021), existem algumas questões importantes que devem ser levadas em consideração no momento de se realizar uma operação militar combinada, a saber:

[...] em um ambiente multinacional em qualquer lugar do mundo, as diferenças doutrinárias entre forças combatentes distintas representam o principal problema na organização e no emprego militar. Isto, porque a disposição das tropas em operação, a organização das tarefas, a alocação dos equipamentos, a infraestrutura logística e as prioridades de planejamento podem variar de país para país e deve ser tratada logo no início das ações por meio de uma postura colaborativa (PEREIRA; PESSOA, 2021, p. 11).

Contudo, Reis (2018, p. 49) interpreta que as operações combinadas entre Brasil e Argentina “desenvolvem estratégias de emprego militar fundamentais para manutenção dos objetivos nacionais de defesa como: a preservação da integridade territorial, a integridade do patrimônio nacional, a defesa da pátria e a soberania”.

Uma das estratégias brasileiras para implementar a cooperação com os países da América do Sul é a realização de exercícios militares conjuntos, em que os oficiais têm a oportunidade de realizar treinamentos e simulações (DE LIMA et al., 2009, p. 52).

São poucas as operações militares combinadas realizadas unicamente pelas Forças Armadas do Brasil e da Argentina. No contexto de operações terrestres e aéreas, Exército e a Força Aérea Brasileira realiza uma série de atividades de intercâmbio e cooperação com os países da região, sendo algumas delas com participação argentina.

Já no âmbito da Marinha do Brasil, a “principal operação conjunta é a Operação Fraternal, realizada desde 1978 pela Marinha Brasileira e pela Armada Argentina, cujo objetivo é aprimorar o nível de operabilidade entre ambas as Forças, assim como promover um melhor relacionamento e conhecimento profissional e de doutrinas” (DE LIMA et al., 2009, p. 53). O mesmo autor destaca a operação ARAEX, que deixou de ser realizada desde 2007 devido a inoperabilidade do Navio Aeródromo São Paulo

(brasileiro). A Tabela 1 traz uma série de atividades executadas entre os anos de 2016 e 2019:

Tabela 1 - Exercícios militares com outros países (2016/2019)

Operação/ Exercício	País sede	Países participantes
ASPIRANTEX	Argentina e Uruguai	Brasil, Uruguai e Argentina
	Exercício multinacional, visa aprimorar o adestramento de meios e estreitar os laços de amizade.	
BRACOLPER	Colômbia e Peru	Brasil, Colômbia e Peru
	Exercício multinacional que visa estreitar laços de amizade com os países visitados.	
CARIBEX	Países da América Central	Brasil, Guiana, Porto Rico, Antígua e Barbuda, Martinica e Suriname
	Exercício multinacional que visa o adestramento e visitas de representação a portos estrangeiros.	
PLATINA	Paraguai	Brasil e Paraguai
	Exercício binacional que visa o adestramento e ao estreitamento dos laços de amizade.	
ACRUX	Argentina e Paraguai	Brasil, Argentina e Paraguai.
	Exercício multinacional que visa realizar operação combinada e estreitar laços de amizade.	
DIPLOMEX	Argentina	Brasil, Uruguai e Argentina
	Exercício multinacional que visa estreitar laços de amizade e intercâmbio de atividades de sinalização náutica.	
UNITAS LIX FASE I e II	Argentina	Brasil, EUA, Argentina e Uruguai
	Exercício multinacional que visa o adestramento e ao estreitamento de laços de amizade.	
FRATERO	Argentina	Brasil e Argentina
	Exercício multinacional que visa a ação de presença, além de estreitar laços de amizade.	
ATLANTIS	Uruguai	Brasil e Uruguai
	Exercício binacional que visa aprimorar o adestramento de meios e estreitar os laços de amizade.	
ATLASUR/IBSAMAR/MAPUTO	África do Sul	Brasil, Índia, África do Sul e Moçambique
	Exercício multinacional que visa a ação de presença, além de estreitar laços de amizade.	
FESTA NACIONAL FRANCESA	Guiana Francesa	Brasil e França
	Exercício binacional que visa a ação de presença, além de estreitar laços de amizade.	

UNITAS LANT	Brasil	Brasil, EUA, Argentina, Chile e Uruguai
	Exercício multinacional que visa o adestramento e o estreitamento de laços de amizade.	
PANAMAX	EUA	Brasil, EUA e países latino-americanos
	Exercício conduzido pelo Comando Sul dos Estados Unidos da América (USSOUTHCOM), que tem como objetivo principal a realização do planejamento combinado e conjunto, visando à constituição de uma Força Multinacional para atuação sob autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas.	
FELINO	Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe	Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor Leste
	Exercício multinacional visando a organizar e exercitar uma força-tarefa conjunta combinada (FTCC) da CPLP e testar os procedimentos de C2 em tempo de paz em situação de crise.	
EXERCÍCIO DE COOPERAÇÃO EM CASOS DE DESASTRES	Argentina	Brasil e Argentina
	É um exercício multinacional de ação simples cujo enfoque principal é a integração das Forças Aéreas nos processos de planejamento, coordenação, comando e controle de operações aéreas em situações de desastres naturais, ajuda humanitária e Busca e Resgate.	

Fonte: Brasil (2020a).

As Forças armadas do Brasil e da Argentina ainda cooperam militarmente por meio de intercâmbios em diversos cursos ministrados por escolas castrenses, onde os militares passam a ter acesso à assuntos de estratégia, planejamento, doutrina, equipamentos e técnicas utilizadas pela Força Amiga. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2022).

Apesar da relevante quantidade de exercícios realizados, poucos deles envolvem meios de Fuzileiros Navais e um desembarque anfíbio propriamente dito.

2.5 A APROXIMAÇÃO MILITAR COM A ARGENTINA

2.5.1 ASPECTOS POSITIVOS

1. A cooperação em defesa, fortalece a /integração regional, sendo que a mesma foi pensada também como uma maneira de fortalecer o Estado-nação, principalmente no campo econômico (MILANI, 2016).
2. A manutenção da cooperação (por meio do Conselho Sul-Americano de Defesa ou outras iniciativas) se torna importante, pois os países mantêm conversas e estão próximos para enfrentar momentos de crise. Principalmente pelo fato de a região Sul-americana ser apenas uma região de influência, e não de vital importância para os Estados Unidos (ABDUL-HAK, 2013).
3. A cooperação e transparência entre os Estados evita uma corrida armamentista e promove a manutenção da estabilidade,

[...] a mudança e a ênfase na cooperação regional é muito mais simbólica e discursiva que de comportamento, pois as dificuldades, desentendimentos, e preocupações com projeção de poder permanecem. A mudança refere-se à existência de um contexto geral marcado pela busca de cooperação e a determinação em não retornar a um passado marcado por rivalidades e hipóteses de conflito (MILANI, 2016, p.11).

4. A cooperação pode desenvolver a indústria de defesa regional, como exemplo “a cooperação científica e tecnológica entre Brasil e Argentina rende frutos como o veículo aerotransportável Gaúcho 4x4 (SILVA, 2015, p. 80)”. Nesse sentido, projetos que só fazem sentido econômico quando fabricados em maior quantidade poderiam ser executados, uma vez que a demanda seria maior.
5. Abdul-Hak (2013) defende que a cooperação gera a possibilidade de troca de conhecimentos abordando possibilidade de revisão doutrinária, ao mencionar que

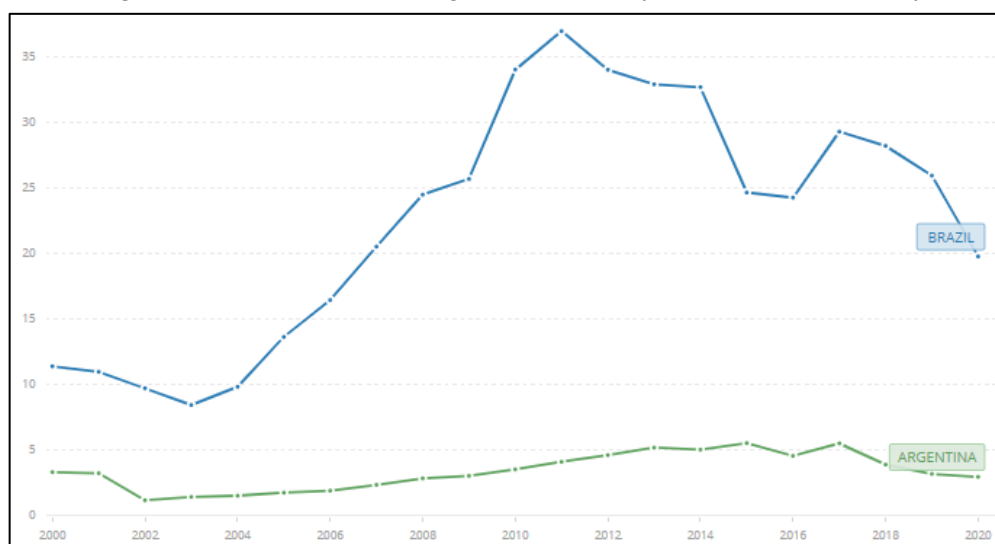
À luz das diferenças de percepções sobre ameaças e de organização militar dos países da América do Sul, a convergência doutrinária – que está na raiz do processo de construção de uma identidade regional de defesa – deve basear-se no pluralismo e no respeito à diversidade. [...] A aproximação em matéria de doutrina demandará um paciente esforço de construção de longo prazo, com uma releitura não apenas das peculiaridades do entorno sul-americano em matéria de paz e segurança, mas também com o estímulo a uma convergência gradual de visões sobre os critérios para o uso da força no sistema internacional (ABDUL-HAK, 2013, p. 207).

6. Embora o CEED (Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do CDS), com sede em Buenos Aires, não tem mandato para abordar questões de doutrina, pode contribuir na elaboração de estudos estratégicos sobre temas, que na concepção de todos os países membros, são de interesse regional.

2.5.2 ASPECTOS NEGATIVOS

1. Dificuldade de “se evitar desequilíbrios onde a economia/PIB – bem como os gastos na área de defesa – de apenas um dos participantes representa mais da metade de todos os outros somados (FUCILLE, 2019, p .11)”. A Figura 4 demonstra o valor total de gastos militares de 2000 a 2020, em dólares da Argentina e do Brasil.

Figura 4 - Gastos militares Argentina e Brasil (em Bilhões de Dólares)



Fonte: World Bank⁶

2. Diferenças na visão do papel das Forças Armadas para a defesa e a segurança interior (ABDUL-HAK, 2013).
3. De acordo com Abdul-Hak (2013), o orçamento das Forças Armadas segue um padrão de gastos em todos Estados Sul-americanos, caracterizado por 80% de seus gastos destinados a cobrir obrigações com pessoal, resultando num baixo montante de recursos destinados a investimentos.

O orçamento de defesa não é completamente dedicado ao investimento em equipamentos, adestramento e financiamento de operações. Parte também é

⁶ Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.CD?locations=AD-AR-BR>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

comprometida com a folha de pagamento de pessoal. A proporção média dos investimentos cai quando o orçamento total diminui – isso porque a despesa de pessoal passa a requer maior porção do orçamento, já que o número do efetivo – salvo ação direta do governo - não diminui. A esse quadro, se soma uma gestão deficitária dos recursos para limitar os investimentos em defesa (NEVES; FRANCHI, 2021, p. 184).

4. A fraqueza do UNASUL demonstrada pelas reiteradas ameaças argentinas de deixar o bloco de forma unilateral, aponta que a falta de maturidade em acordos que podem envolver assuntos importantes como defesa e soberania na região⁷.
5. Enorme diferença de perspectivas para a região, que evidencia as dificuldades para alinhamento de objetivos e destinação de recursos, que pode exemplificada pelas propostas recebidas após a implementação do CDS, a saber:

[...] uma proposta peruana, recomendando desarmamento, desmilitarização, um pacto de não agressão e a criação de uma Força de Interposição de Paz; uma proposta chilena, recomendando uma Força combinada de Defesa Sul-Americana; e uma proposta equatoriana, propugnando um código de conduta e mecanismos de redução de gastos militares (ABDUL-HAK, 2013, p. 23).

Quando se analisa a questão específica do investimento na modernização militar – com aquisição e melhora dos recursos de defesa – a Argentina tem ritmo menos acentuado que o Brasil [...] (NEVES; FRANCHI, 2021, p. 184).

6. A disputa territorial em torno das Malvinas segue sendo uma reivindicação relevante para a Argentina (apresentada com grande ênfase no Livro Branco de Defesa desse país). A proximidade em questões militares de Defesa merece atenção quanto a possibilidade de “aglutinar novos atores ao pleito [...] e todos os desdobramentos que esta questão encerra (FUCCILLE, 2019, p. 9)”.
7. Fuccille (2019) ainda cita a tentativa brasileira de desenvolver sua indústria de defesa por meio de vantagens tributárias, licitação com regras especiais e acesso facilitado a programas de financiamento. Bem como ampliando o

diálogo, que incorporou novos atores em torno de uma tentativa de revitalização mais ampla da indústria de defesa da região, ficou difícil estimular, no âmbito regional, um setor estratégico se pautando fundamentalmente em financiamentos brasileiros para empresas brasileiras, muitas delas atingidas centralmente pela Operação Lava-Jato. Tal atitude tende a gerar desconfiança nos demais países sul-americanos e dificulta, assim, uma cooperação setorial mais consistente e profunda (FUCCILLE, 2019, p. 10).

⁷ Conforme <https://www.pagina12.com.ar/86591-argentina-unasur-y-un-camino-errado>; <https://www.eldeber.com.bo/mundo/Macri-evalua-sacar-a-Argentina-de-Unasur-20171213-0017.html> e <http://www.elcomercio.com/actualidad/argentina-mauriciomacri-estudia-abandonar-unasur.html>. Acesso em: 12 jul. 2022.

8. A influência ou intervenção estadunidense estará presente na região, e tal fato pode afetar o relacionamento cooperativo com os demais países da região principalmente pela disparidade de poder. Segundo Russel as “crises e fragilidades da nossa região são um fator que, objetivamente, continua incentivando a extensão do poder americano, mesmo em termos militares (RUSSELL, 2006, p. 62, tradução minha)”.

CAPÍTULO 3

DOCTRINA E OBJETIVOS MILITARES

3.1 HISTÓRICO

O autor Henz (2002) explica que os Estados Unidos, durante todo o período da Guerra Fria, exerceram forte influência na América Latina. No entanto, a prioridade muda nos anos de 1990, quando

Observa-se que a América Latina não constitui uma região de alta prioridade por uma série de motivos. Destaca-se a necessidade de estabelecer uma hierarquia de prioridades para distribuição de recursos e atenção. As regiões diretamente afetadas pela desestruturação do império soviético, a busca de controle sobre as regiões petrolíferas no Oriente Médio e aquelas próximas ao Mar Cáspio, o conflito árabe-israelense, as ameaças advindas da proliferação de armas de destruição em massa em um conjunto de países, a necessidade de reestruturar a aliança atlântica e, finalmente, o terrorismo transnacional, não deixavam lugar para um olhar mais atento sobre o nosso hemisfério (HERZ, 2002, p. 86).

A aproximação com os Estados Unidos na região no decorrer da Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria, influenciou muito as doutrinas militares dos países Sul-americanos, e ao final de tais períodos

O paradigma da segurança cooperativa passa a ser um dos pilares da política de segurança dos EUA para o continente. O conceito e a prática de medidas de confiança mútua foram incorporados às doutrinas de segurança nos diferentes países latino-americanos (HERZ, 2002, p. 89).

A enorme influência (ou imposição) americana ao final da Guerra Fria, contribuiu para que nenhum dos países da América Latina desenvolvessem armas nucleares.

3.2 DOCTRINA E OBJETIVOS BRASILEIROS

Segundo Brasil (2015, p. 94), doutrina é o “conjunto de princípios, conceitos, normas e procedimentos, fundamentados principalmente na experiência, destinado a estabelecer linhas de pensamentos e a orientar ações, expostos de forma integrada e harmônica”. Logo, pode-se entender, de acordo com Brasil (2017), que a Doutrina Militar representa um conjunto de valores, princípios organizacionais e fundamentais,

conceitos básicos, métodos e procedimentos, que orientam a organização, o preparo e emprego das atividades das Forças Armadas. A expressão militar do Poder Nacional é caracterizada como a manifestação, de natureza preponderantemente militar, do conjunto das pessoas e dos meios de que a Nação dispõe, atuando em conformidade com a vontade nacional e sob a direção do Estado, a fim de alcançar e manter os objetivos nacionais

A Doutrina Militar Naval define como características do Poder Naval a Mobilidade, Permanência, Flexibilidade e Versatilidade. Os navios da Esquadra possibilitam à FFE (Força de Fuzileiros da Esquadra) as duas primeiras, enquanto, no que diz respeito à projeção de poder, cabe ao CFN (Corpo de Fuzileiros Navais) prover Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) dotados de versatilidade para atender prontamente a grande gama de missões distintas, e flexibilidade para alterar os valores de suas organizações por tarefas, a depender da missão (BRAGANÇA, 2021, p. 49).

Vale destacar uma definição trazida pelo trabalho de Moloeznik (2018) acerca dos Fuzileiros Navais e sua principal tarefa:

Fuzileiros Navais constituem o instrumento coercitivo de um Estado-nação, como detentor monopolista da guerra, cuja função é servir como força anfíbia da Marinha, permitindo que o poder naval se projete para além da área aquática, atuando tanto em terra e no espaço aéreo (MOLOEZNİK, 2018, p. 148, tradução minha).

A forma de fazer guerra é algo que está em constante evolução, novos meios e atualizações na doutrina devem ser constantes, uma vez que as ameaças também se atualizam rotineiramente. Cabe mencionar que muitas atualizações doutrinárias tem sua gênese na observação de outros conflitos, conforme menciona Barboza (2018).

Nesse sentido, De Campos Mello (2021) exemplifica bem esse avanço quando faz uma revisão histórica dos avanços militares. Iniciando no século III a.C. onde “os exércitos romanos se surpreenderiam com o uso de elefantes indianos por parte de seus adversários helênicos” durante as Guerras Púnicas; passando pela Idade Média muito caracterizada por infantes equipados com escudos, lanças e machados, apoiados por arqueiros e, com os nobres e cidadãos mais ricos compondo uma tropa a cavalo com posterior reforço de blindagem. O autor cita ainda a sapiência utilizada pelo exército de Gengis Khan que soube incorporar diversas inovações aprendidas no combate com diferentes povos ao longo de vários anos, bem como desenvolver bombas, catapultas, artefatos incendiários e técnicas de guerra, como o cerco a

idades fortificadas, incorporaram novas táticas, tais como a simulação de retiradas e a montagem de emboscadas. O mesmo autor também ressalta os enormes avanços com a revolução industrial iniciada no século XVII, citando o serviço recrutamento (precursor do serviço militar obrigatório) em massa no exército de Napoleão Bonaparte e chegando até os dias atuais após mencionar os incríveis avanços ocorridos durante as duas Grandes Guerras e posteriormente a Guerra Fria.

Vimos, por tanto, por meio de uma abordagem histórica das inovações no campo de batalha, que novos sistemas de armas ou logísticos, novas formas de mobilização das forças militares e conceitos inovadores de emprego dos meios em combate representaram vantagem significativa para forças militares que os exploraram, influenciando no curso das batalhas e modificando a Arte da Guerra ao longo da história.

Por vezes, uma nova tecnologia aplicada ao meio militar poderá orientar o desenvolvimento de novos conceitos de emprego da força em combate. Entretanto, a implementação de conceitos inovadores, invariavelmente requer o desenvolvimento de novas tecnologias que atendam seus requisitos de aplicação em combate (DE CAMPOS MELLO, 2021, p.16).

Esse constante avanço, leva os militares a se questionarem acerca da forma como as Forças Armadas se preparam para as possíveis ameaças. E como exemplo de tal discussão, O'Hanlon (2020) traz a visão do general americano Berger que comenta sobre inviabilidade de se fazer um desembarque anfíbio em larga escala nos dias atuais devido ao alcance e precisão de armas que defendem a costa contra a aproximação de navios. Embora haja tal levantamento do general Berger acerca do desembarque anfíbio, mesmo assim defende a manutenção dessa capacidade como opção para resolver um problema militar, contudo dá ênfase ao perigo de ser atacado a partir de armas posicionadas nas praias pretendidas para o desembarque e levanta o improvável sigilo de operações como essa, dadas as atuais capacidades dos satélites e radares.

Bragança (2021) por sua vez, ratifica que se faz necessária a manutenção de um CFN no Brasil quando explica que, o Atlântico Sul, apesar de sua estabilidade ainda reserva algumas ameaças que podem se contrapor a prosperidade brasileira. No entanto, para enfrentar tais desafios, a vertente militar deve apresentar capacidade de projetar poder de combate a partir do mar, além de outra enorme gama de missões que exijam um menor ou nenhum uso da força. O autor ainda menciona que os pequenos, porém letais, GptOpFuzNav, na realidade brasileira poderiam “atuar desmembrados de suas Forças, em Ilhas e Arquipélagos, ou ainda, em posições

estratégicas nas costas brasileiras ou aliadas, projetando poder, a fim de contribuir para a negação do uso do mar a oponentes ou para o controle de áreas marítimas” (BRAGANÇA, 2021, p. 51).

Uma vez definidas as possibilidades de emprego dos Fuzileiros Navais Brasileiros no âmbito regional, é de suma importância relembrar os objetivos nacionais de defesa a fim de que se possa imaginar a ampla gama de missões que podem realizar para alcançar tais objetivos. Brasil (2020b) lista os seguintes objetivos:

São Objetivos Nacionais de Defesa:

- I. Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial.
- II. Assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas.
- III. Promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa.
- IV. Preservar a coesão e a unidade nacionais.
- V. Salvar e proteger as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior.
- VI. Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional.
- VII. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais.
- VIII. Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais (BRASIL, 2020b, p. 25).

3.2.1 ORGANIZAÇÃO DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS DA MARINHA DO BRASIL

A organização dos elementos do CFN brasileiro é detalhada no Livro Branco de Defesa⁸, sendo que o Comando da Infantaria de Marinha se encontra integrado por:

- **Divisão Anfíbia** – três Batalhões de Infantaria, um de Artilharia, um de Blindados, um de Controle Aerotático e Defesa Antiaérea e um de Comando e Controle, além de uma Base de Fuzileiros Navais para apoio.
- **Tropa de Reforço** – um Batalhão Logístico, um de Engenharia e um de Viaturas Anfíbias, uma Companhia de Polícia e uma de apoio ao Desembarque, além de uma Base de Fuzileiros Navais para apoio.
- **Tropa de Desembarque** – comando operativo, permanentemente ativado, que confere agilidade ao Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra no emprego de seus Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais.

⁸ Conforme BRASIL (2020), p. 61

- **Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais** – unidade de operações especiais, utilizada, preferencialmente, em ambientes marítimos ou fluviais.
- **Base de Fuzileiros Navais do Rio Meriti** – unidade de apoio que provê o pessoal e material para a realização do comando, controle e administração necessária.
- **Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais:** Localizados nos 2º, 3º, 5º, 6º, 7º, 8º Disritos Navais.
- **1º e 2º Batalhão de Operações Ribeirinhas:** localizados em Manaus (área do 9º Distrito Naval) e Belém (área do 4º Distrito Naval), respectivamente.

3.3 OBJETIVOS DA DEFESA ARGENTINA

O Livro Branco de Defesa da Argentina cita que o Sistema de Defesa Nacional tem como propósito:

- a) A formulação de planos que contribuam para a preparação da Nação para um eventual conflito bélico, e para a condução da Defesa Nacional nos aspectos estratégicos militares e propriamente operacionais.
- b) Atender desde o nível da estratégia nacional até a direção da guerra em todas as suas vertentes.
- c) Liderar as forças armadas no nível estratégico militar e no nível estratégico operacional e os esforços dos demais setores do país afetados por um conflito bélico.
- d) Preparar e executar as medidas de mobilização nacional.
- e) Assegurar a execução das operações militares conjuntas das forças armadas e, eventualmente, das operações combinadas que possam ser realizadas entre dois ou mais países.
- f) Estabelecer as confluências que permitam preparar as alianças necessárias e suficientes para resolver convenientemente a eventual realização de uma guerra, bem como controlar as ações do pós-guerra (ARGENTNA, 2015, p. 62, tradução minha).

O autor Taboada (2016) avalia política de Defesa Argentina e conclui que a República Argentina mantém uma concepção estratégica defensiva, e baseada na cooperação entre os Estados, pois entende que dessa forma cria-se um ambiente de confiança que contribui para manutenção da paz internacional.

Apoia, como aspiração da República Argentina, a construção de um sistema regional que supere os níveis de confiança já alcançados por meio de uma cooperação militar efetiva de interesse mútuo, como o controle de espaços fronteiriços comuns, operações de paz (complementando capacidades) e logística relacionados com a pesquisa antártica (TABOADA, 2016, p. 154, tradução minha).

Em Argentina (2015), a Defesa Nacional é considerada de fundamental importância para a Política Externa do país, que por meio de uma concepção defensiva e cooperativa procura promover diálogo multilateral e a integração em defesa com os países da região. Por isso, a República Argentina tem sido protagonista ativa na gestão e fortalecimento do CDS, o CEED e a ESUDE, como espaços cooperativos para lançar as bases de um sistema de defesa sub-regional.

Outro ponto importante no Livro Branco de Defesa Argentino é a menção que faz a respeito soberania da República Argentina sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul e os seus correspondentes espaços marítimos, aéreos e insulares. O mesmo documento menciona que “atos unilaterais do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte podem se tornar um risco imensurável para a defesa da região sul-americana” (ARGENTINA, 2015, p. 238, tradução minha), e pauta sua reivindicação das ilhas na

[...]preocupação com a defesa regional, que poderia afetar a zona de paz sul-americana diante da possibilidade de entrada de armas ou dispositivos nucleares do Atlântico Sul, é compartilhada pelos países membros da UNASUL, que, diante desse cenário, concordaram em adotar “as medidas necessárias para exigir o respeito e o cumprimento deste compromisso [a proibição do uso, armazenamento, instalação, colocação ou qualquer outra forma de posse de qualquer arma nuclear] por outros Estados (ARGENTINA, 2015, p. 236, tradução minha).

Milani (2016) cita que na Argentina, após a criação do Conselho de Defesa Sul-americano, houve uma “reconceitualização da noção de soberania principalmente no campo da defesa, sendo que o país busca a construção e o fortalecimento da cooperação na área, dando importante destaque a tal tema” e buscando atuar de maneira ativa no CDS, incorporando a região como parte de sua estratégia de defesa.

3.3.1 ORGANIZAÇÃO E MEIOS DA INFANTERÍA DE LA MARINA ARGENTINA

A organização dos elementos da *Infantería de la Marina Argentina* guarda grande similaridade com o Corpo de Fuzileiros Navais brasileiro. Os elementos são detalhados no Livro Branco de Defesa Argentino⁹ sendo que o Comando da Infantaria de Marinha se encontra integrado por:

⁹ Conforme ARGENTINA (2015), p. 84.

- **Força de Infantaria de Fuzileiros Navais da Frota Marítima:** composta pelo Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais nº 2, o Batalhão de Comando e Apoio Logístico, o Batalhão de Veículos Anfíbios, o Batalhão de Artilharia de Campanha, o Batalhão de Artilharia Antiaérea, o Batalhão de Comunicações, o Grupo de Comando e a Companhia de Engenheiros Anfíbios.
- **Força de Infantaria de Fuzileiros Navais Austral (Tierra del Fuego):** composta pelos batalhões de Infantaria de Fuzileiros nº 4 e 5, destinados a operações em zonas frias e em terrenos específicos da região e, além disso, um destacamento naval.
- **Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais nº 3 (Zárate, rio Paraná de las Palmas, província de Buenos Aires),** destinado às operações fluviais e ribeirinhas e composto por: Baterias Base de Infantaria de Fuzileiros Navais (Punta Alta, Bahía Blanca) que presta apoio logístico fixo ao Comando de Instrução e Avaliação da Infantaria de Fuzileiros Navais e às unidades operacionais, tanto da ARA como de outras forças que atuam na área por motivos de treinamento.

O Livro Branco de Defesa Argentino, ainda detalha os meios disponíveis, a saber, na Figura 4:

Figura 5 - Meios da Infantaria de Marinha Argentina

MEDIOS DE INFANTERIA DE MARINA		
VEHÍCULO ANFIBIO	LVTP-7	11
	LARC-5	13
VEHÍCULO DE EXPLORACIÓN	PANHARD	31
VEHÍCULO MULTIPROPÓSITO	HAMMER	12
	MARRUA	31
ARTILLERÍA DE CAMPAÑA	OBUS 155 NA	6
	OBUS 105 OTO MELARA	13
ARTILLERÍA DE DEFENSA AÉREA	CAÑON 40L BOFORS	4
	DIRECTOR DE TIRO FLAYCATCHER	2
	MISIL RB5 70 BOFORS	6
BOTE NEUMÁTICO	MK5	17
	MK3 FUTURA COMANDO ³	14
	MK3 FUTURA COMANDO 470	20
LANCHA	GUARDIAN	4
	ZODIAC	2

Fonte: ARGENTINA, 2015.

3.4 RESULTADOS DA PESQUISA E OBJETIVO GERAL

Após a revisão proposta, podemos entender que as Forças Armadas são o meio que o Estado dispõe para garantia de sua soberania e defesa de seus interesses, uma vez finalizadas todas as tentativas de resolução de conflitos pelas vias diplomáticas. Se por um lado, os representantes do povo criam a política externa (documento que define os objetivos e interesses de um determinado país no exterior), por outro a doutrina militar dá as diretrizes de como deve ser empregado o poder militar do país na defesa destes interesses.

Existe, portanto uma estreita ligação entre os dois, a política externa deve ser elaborada de acordo com as capacidades militares, pois em última análise, a garantia dos interesses e a execução das decisões políticas poderá ocorrer por meio da imposição, haja vista os inúmeros exemplos históricos de guerras.

A cooperação militar caminha no sentido de aproximar as forças armadas de diferentes países, por meio de um ambiente de prática e discussão da doutrina, visando com isso agregar confiança e diminuir as diferenças caso haja a necessidade de realizar operações de forma conjunta. A cooperação militar também é considerada uma ferramenta de política externa, que contribui para a estabilidade.

No período considerado por este trabalho, de 2000 até os dias atuais, podemos ver que houve uma aproximação crescente na área militar entre Brasil e Argentina por meio do CDS no âmbito do UNASUL (que mais recentemente perdeu força), bem como em exercícios e cursos.

No tocante ao objetivo geral proposto, pode-se notar que a Marinha dos dois países envida esforços de cooperação, contudo não existem exercícios práticos voltados para o adestramento conjunto entre o Corpo de Fuzileiros Navais brasileiro e a Infantaria de Marinha argentina, cooperação que é notada apenas militares em intercâmbios em instituição de ensino militar.

CONCLUSÃO

A capacidade dos Estados, oriunda dos desenvolvimentos tecnológicos vêm transformando mundo numa velocidade nunca antes vista. Novos e importantes atores vem surgindo e, com isso, trazendo novos desafios nas relações entre os Estados. Diante deste cenário, o Brasil juntamente com os demais países da América do Sul, vêm adotando a estratégia de aproximação¹⁰ com a perspectiva de manter a estabilidade e competitividade regional, sendo os dois principais atores regionais, o Brasil e a Argentina, conforme explica Guimarães (2009),

A integração entre o Brasil e a Argentina e seu papel decisivo na América do Sul deve ser o objetivo mais certo, mais constante, mais vigoroso das estratégias políticas e econômicas tanto do Brasil quanto da Argentina. Qualquer tentativa de estabelecer diferentes prioridades para a política externa brasileira, e mesmo a atenção insuficiente a esses fundamentos, certamente provocará graves consequências e correrá sério risco de fracasso. (GUIMARAES, 2008, p. 59)

Nesse sentido, cooperação militar permeia como elemento essencial para fortalecimento da confiança (PAGLIARI, 2015). Além da confiança, a aproximação militar permite que as nações executem exercícios militares juntamente, assim adquirindo a capacidade de atuar de forma coordenada em operações reais. É de fundamental importância que tais treinamentos abarquem a capacidade de projetar poder a partir do mar¹¹, aptidão do corpo de Fuzileiros Navais brasileiro e da Infantaria de Marinha Argentina, no âmbito de suas Marinhas.

As interações entre ambas as Forças, por meio de exercícios, têm possibilidade de gerar atualizações na doutrina que contemplem a possibilidade de atuar de conjuntamente, acelerando a capacidade de resposta militar por meio da atuação coordenada de ambos os países a uma ameaça externa, caso sejam empregadas as capacidades dos Fuzileiros Navais na resolução do problema militar.

Ainda que a interligação regional crie importantes oportunidades e vantagens na área da defesa, os fortes argumentos apresentados no Capítulo 2¹² são relevantes e demandam especial cuidado dos formuladores de política externa e por

¹⁰ Semelhante ao que ocorre em nível global, com a “[...] gradual formação de grandes blocos de Estados na Europa, na América do Norte e na Ásia” (GUIMARÃES, 2009, p. 59).

¹¹ Em seu trabalho, Bragança (2021) explica a importância de da capacidade de projetar poder sobre terra, eixo estruturante do Corpo de Fuzileiros Navais, no âmbito da América do Sul.

¹² Em “2.5.2 ASPECTOS NEGATIVOS”, p. 36 e 37.

consequência da política de defesa. A história regional permite perceber que apesar da estabilidade, existe uma série de problemas regionais que tendem a diminuir a cooperação no campo da defesa.

Embora sejam feitos esforços para aproximação militar, o Corpo de Fuzileiros Navais não realiza adestramento prático combinado com a Argentina especificamente voltado para o desembarque anfíbio, portanto a doutrina é discutida e estudada apenas nos intercâmbios que ocorrem entre cursos, contudo não existem alterações na doutrina dos Fuzileiros Navais oriundas de tais discussões, como por exemplo a operações de maior vulto que pudessem ser realizadas em conjunto.

Por fim, há de se destacar exercícios combinados certamente contribuiriam para o preparo dos combatentes de ambos os países, a título de exemplo citamos como oportunidades: realização de planejamentos em conjunto utilizando tanto uma quanto outra doutrina, intercâmbio de navios e de meios de desembarque, adestramentos defensivos e ofensivos tanto em território brasileiro quanto em terras argentinas, aclimatação e teste de equipamentos e adequabilidade de uniformes tanto em regiões mais quentes, quanto nos climas mais amenos apresentados em território argentino. Além disso, estudos sobre o desenvolvimento de armas que poderiam ser utilizadas pelas duas nações.

REFERÊNCIAS

- ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves. **O Conselho de Defesa Sul-Americano: objetivos e interesses do Brasil (CDS)**. Brasília: FUNAG, 2013. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-145conselho_de_defesa_sul_americano_cds_objetivos_e_interesses_do_brasil_o>. Acesso em: 12 jul. 2022.
- ALSINA JR, João Paulo Soares. O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 52, p. 173-191, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/ZGPpDgmLr77GsbqBRnSBDVt/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- ARAVENA, Francisco Rojas. **A segurança do Estado no século XXI**. Revista DEP: Diplomacia, Estratégia e Política. Projeto Raul Prebisch, v. 1, n. 2, jan./mar, Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<https://www.gov.br/funag/pt-br/ipri/publicacoes/revista-dep-diplomacia-estrategia-e-politica>>. Acesso em: 09 jul. 2022.
- ARGENTINA. Ministério da Defesa da República Argentina. **Livro Branco da Defesa**. Buenos Aires: 2015. Disponível em: <https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/ARG/libro_blanco_2015.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.
- ARREDONDO, Gustavo Aimone et al. UNASUR Y EL CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO (CDS) EN SU PRIMER LUSTRO DE FUNCIONAMIENTO 2011-2016. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 32, n. 64, p. 163-175, 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/927/92758261004/html/>>. Acesso em: 12 jul. 2022.
- BARBOZA, Carlos Eduardo de Matos. **A estratégia russa no conflito da Ucrânia: contribuições para a doutrina militar brasileira**. 2018. Disponível em: <<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/3868/1/MO%205965%20-%20MATOS%20BARBOZA.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- BRAGANÇA, Ricardo. As Operações Descentralizadas no USMC e aproximações à realidade do CFN. **Âncoras e Fuzis**, n. 52, p. 47-47, 2021. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/ancorasefuzis/article/view/2749/2682>>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- BRAGATTI, Milton Carlos. **Cooperação em defesa na América do Sul: limites e perspectivas**. 2016. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<http://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/1693>>. Acesso em: 09 jul. 2022.
- BRAGATTI, Milton Carlos; MIRANDA GONÇALVES, Rubén. Cooperação na área de defesa na Unasul: um balanço do conselho de defesa sul-americano (CDS) e seus limites atuais. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, v. 13, n. 2, p. 73-95, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1909-30632018000200073&lng=es&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 09 jul. 2022.
- BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-305: Doutrina Militar Naval**. Brasília, DF, 2017. Mod. 1.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **EB20-MF-10.103: Manual de Fundamentos de Operações**. Brasília: EGGCF, 2014

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. MD35-G-01. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional-lbdn>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa. Brasília, DF, 2020b.

BUZAN, Barry et al. **The United States and the great powers: World politics in the twenty-first century**. Polity, 2004.

CARMO, Marcia. Escola de Defesa da UNASUL começa a funcionar em busca de autonomia regional. **BBC**, 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150417_escola_defesa_unasul_mc>. Acesso em: 12 jul. 2022.

COUTINHO, Isadora Caminha. Articulação entre política externa e política de defesa do Brasil: obstáculos e avanços. **Agenda Política**, v. 6, n. 3, p. 192-213, 2018. Disponível em: <<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/226>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

COUTO, Erick Andrade Santos. **Integração em defesa na América do Sul: uma análise acerca de fatores que dificultam a formação de uma comunidade de segurança Sul-Americana**. Orientador: Prof. Dr. Hélio Caetano Farias. 2020. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/8869>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

DA SILVA, Ana Karolina Moraes; GRASSI, Jéssica Maria. Impactos da disputa geopolítica entre as grandes potências no Sul Global: desestabilização e (des) integração sul-americana. **Conjuntura Austral**, v. 13, n. 61, p. 33-46, 2022. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/113748>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

DE CAMPOS MELLO, Luis Manuel. Conceitos emergentes para os Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav). **Âncoras e Fuzis**, n. 52, p. 13-13, 2021. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/ancorasefuzis/article/view/2736>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

DE LIMA, Maria Regina Soares et al. (2017). Geopolítica da América do Sul. **Atlas da política brasileira de defesa** (pp. 50–69). CLACSO. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/j.ctv253f67d.9>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Militares brasileiros designados para Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais na Argentina. **Defesa em foco**, 2022. Disponível em: <<https://www.defesaemfoco.com.br/militares-brasileiros-designados-para-escola-de-aperfeiçoamento-de-oficiais-na-argentina/>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

FLEMES, Daniel. Brazil's defence cooperation: between dominant armed services and marked bilateralism. **Resdal**, 2004. Disponível em: <<https://www.resdal.org/producciones-miembros/art-flemes4.html>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

FONTES, Luiz Felipe Campos; STELLA, Milton André. O Brasil no Mercosul: Integração Comercial Brasileira com o Bloco Sul Americano. **Revista de Economia**, v. 38, n. 65, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/46651>>. Acesso em: 14 jul. 2022.

FRANCHI, Tássio; NEVES, Angela Nogueira. Orçamento em defesa e capacidades estratégicas: Dissimilaridades entre os países da América do Sul. **AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 10, n. 20, 2021. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/austral/article/view/118036>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

FUCCILLE, Alexandre. O Brasil e a América do Sul:(re) pensando a segurança e a defesa na região. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/49245>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

FUCCILLE, Alexandre. **O crepúsculo da cooperação em defesa na América do Sul: muito a perder, nada a ganhar**. Anais do 7º. Encontro da ABRI: Atores e Agendas: Interconexões, Desafios e Oportunidades, 2019. Disponível em: <<https://www.encontro2019.abri.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmF0cyI7czoZNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSUZPIjtzOjQ6IjEwMzciO3oiO3M6MToiaCI7czoZMjoiYzhiMDUwNjA0OWVjNTYwNzk5NzY1MGI5MWU3ZTBkOWMiO30%3D>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. Complexo regional de segurança da América do Sul: uma nova perspectiva. **Contexto Internacional** [online]. 2013, v. 35, n. 1, pp. 77-104. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-85292013000100003>>. Acesso em: 27 jun. 2022

GUIMARÃES, S. P. O Mundo Multipolar e a Integração Sul-Americana. **Temas & Matizes**, [S. l.], v. 7, n. 14, p. p. 58–72, 2009. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/2484>. Acesso em: 21 jul. 2022.

HERZ, Monica. Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria. **Estudos Avançados** [online]. 2002, v. 16, n. 46, pp. 85-104. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000300007>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

JAGUARIBE, Hélio. **Aliança argentino-brasileira**. Revista DEP: Diplomacia, Estratégia e Política. Projeto Raul Prebisch, v. 1, n. 2, jan./mar, Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<https://www.gov.br/funag/pt-br/ipri/publicacoes/revista-dep-diplomacia-estrategia-e-politica>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

JÚNIOR, William Paiva Marques. **Integração regional sul-americana: MERCOSUL, UNASUL, PROSUL e os desafios jurídicos de uma nova inserção internacional da política externa diplomática brasileira na efetividade da democracia e inclusão cidadã**. Revista Brasileira de Direito Internacional, v. 7, n. 2, p. 72-92, 2021. Disponível em: <<https://indexlaw.org/index.php/direitointernacional/article/download/8269/pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2022.

LAFER, C. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação**. – Brasília: FUNAG, 2018. Disponível em:

<<http://funag.gov.br/loja/download/relacoes-internacionais-politica-externa-diplomacia-brasileira-volume-2.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

LIMA, Raphael Camargo. **A articulação entre política externa e política de defesa no Brasil: uma Grande Estratégia inconclusa**. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/128080>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

LISBOA, Marcelino Teixeira; POZO, Karen Bombón. Política Externa, Relações Internacionais e Políticas Públicas: uma discussão conceitual. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais - RPPI**. 2021, v. 6 n. 2. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/57298>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

MARES, David R. Por que os latino-americanos continuam a se ameaçarem: o uso da força militar nas relações intra latino-americanas. **Varia história**, v. 28, p. 599-625, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/vh/a/b6G4kRyn8GnYGcL4vqmRjVv/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-16112010-105249/en.php>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

MILANI, Lívia Peres. Entre o Nacional e o Regional: Cooperação em Defesa e Concepções de Identidade Nacional na Argentina e no Brasil. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 5, n. 1, p. 27878, 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/27878/22331>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Denúncia do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/denuncia-do-tratado-constitutivo-da-uniao-de-nacoes-sul-americanas-unasul#:~:text=O%20governo%20brasileiro%20denunciou%20no,contar%20da%20data%20de%20hoje>. Acesso em: 16 jul. 2022.

MOLOEZNIK, Marcos Pablo. Latin America Marine Corps: between the past and the future. *Relac. int.*, **La Plata**, v. 27, n. 55, p. 147-164, dic. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2314-2766201800020009&ln=g=es&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul. 2022.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **A cooperação Brasil-Argentina na área militar: da autonomia das forças armadas às relações estratégicas (1978-2009)**. 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25894>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

NETO, Octávio Forti. Da UNASUL para o PROSUL: a visão do estado de direito e o regionalismo latino-americano. **Conjuntura Global**, v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/72773>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

O'HANLON, Michael E. **The questionable future of amphibious assault**. Brookings, 2020. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/blog/order-from>>

chaos/2020/06/23/the-questionable-future-of-amphibious-assault/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

PADULA, Raphael; FIORI, José Luís. Brasil: geopolítica e "abertura para o pacífico". **Revista de Economia Política** [online]. 2016, v. 36, n. 3, pp. 536-556. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-31572016v36n03a05>>. Acesso em: 28 mai. 2022.

PAGLIARI, Graciela de Conti. Segurança na América do Sul: problemas e atores. **3º Encontro Nacional ABRI 2011**, 2011. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000200018&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 jul. 2022.

PAGLIARI, Graciela De Conti. Conselho de Defesa Sul-Americano e a adoção de medidas de fortalecimento da confiança. **Carta Internacional**, v. 10, n. 3, p. 23-40, 2015. Disponível em: < <http://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/307>>. Acesso em: 21 jul. 2022.

PEREIRA, Fabio da Silva., PESSOA, Marcelo Américo Vieira. As operações interagências na efetividade das forças militares. **Pesquisa & Educação a Distância**, América do Norte, 0, dez. 2021. Disponível em: <<http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=2013EAD1&page=article&op=view&path%5B%5D=9309&path%5B%5D=4639>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

PINTO, José Roberto de Almeida; ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da; SILVA, Roberto Doring Pinho da. (Orgs.). **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil**. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. 235 p. (Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança; v.1). Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/657>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

REIS, Luiz Vinicius de Miranda. **As operações combinadas - Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e sua contribuição com a projeção de poder do Exército Brasileiro no cenário internacional**. 2018. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/3908>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

REZENDE, Lucas P. **Sobe e Desce: explicando a Cooperação em Defesa na América do Sul**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/20053>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

RUSSELL, Roberto. América Latina para Estados Unidos: ¿ especial, desdeñable, codiciada o perdida. **Nueva sociedad**, v. 206, p. 48-62, 2006. Disponível em: <http://c1130004.ferozo.com/fmmeduacion/Bibliotecadigital/Russell_AmericaLatinaparaEstadosUnidos.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional** [online]. 2013, v. 56, n. 1. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-73292013000100003>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

SCHENONI, Luis Leandro. The Argentina-Brazil Regional Power Transition. **Foreign Policy Analysis**, Volume 14, Issue 4, October 2018, p. 469–489. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/fpa/orx008>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

SILVA, Antonio Henrique Lucena. Integração da Base Industrial de Defesa Sul-Americana: convergências estratégicas, identidades de defesa e interdependências. **Revista Política Hoje**, [S.l.], v. 24, n. 1, p. 71-84, set. 2015. ISSN 0104-7094. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica/hoje/article/view/3733>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SILVA, Tiago Lemos da. **A diplomacia de defesa e as Forças Armadas como seu instrumento na política externa brasileira**. 2020. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/28617>>. Acesso em: 14 jul. 2022

SUPPO, Hugo Rogelio; GAVIÃO, Leandro. The ambiguities of Brazil in the nuclear area and the Argentine "strategic patience" (2002-2010). **História (São Paulo)**, v. 39, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/his/a/mGKLNMXDdtK8b7wCtpmWjwQ/abstract/?lang=en>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

TABOADA, Marcelo Leonardo. Libro Blanco de la Defensa de la República Argentina 2015. **Revista Ensayos Militares**, v. 2, n. 1, p. 149-157, 2016. Disponível em: <<http://www.revistaensayosmilitares.cl/index.php/acague/article/view/97>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

VARELA, Rafael Leite. **A cooperação militar na atualidade como instrumento para fortalecimento das relações Brasil-Argentina**. Orientador: Ten Cel Inf Wildson Pereira Santos. 2021. 40 f. TCC (Especialização) - Ciências Militares - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/10107>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

VAZ, Alcides Costa. **O Atlântico Sul nas perspectivas estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul**. 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4621>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

VELA, João Marcelo. Economia da América do Sul. **Infoescola**, 2022. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/geografia/economia-da-america-do-sul/>>. Acesso em: 28 mai. 2022.

VIGEVANI, Tullo; JÚNIOR, Haroldo Ramanzini. **Autonomia, integração regional e política externa brasileira: Mercosul e Unasul**. Dados, v. 57, p. 517-552, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/m7xPyknVXpYCT5jjwk5wysv/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 14 jul. 2022.

VIRGA, Thais; MARQUES, Tomás Costa de Azevedo. A Integração Física Sul-Americana no Período Recente (2000–2020): Situação, Continuidade, Inflexão e Reversão. **Revista Tempo do Mundo**, n. 23, p. 149-180, 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/174>>. Acesso em: 14 jul. 2022.